

PREGÃO ELETRÔNICO

90134/2025

CONTRATANTE (UASG)

Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP
(990202)

OBJETO

Contratação de prestação de serviços de instalação, locação e manutenção de Sistema de CFTV

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **27/02/2026** às **09h30** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço do grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90134/2025

Processo Administrativo SEI nº 161.00148492/2025-91

Código Único nº 20251096404

Torna-se público que a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – **Fundação CASA-SP**, por meio da Divisão de Suprimentos, sediada na **Rua Florêncio de Abreu, n.º 848 - 7º andar - Luz - São Paulo - SP - CEP 01030-001**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Portaria Normativa nº 509/2025 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de prestação de serviços de instalação, locação e manutenção de Sistema de CFTV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por itens de serviços, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. A participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar

a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. No que concerne aos subitens 2.5.2 e 2.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 2.

3.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.3. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no subitem 3.5.1 ou no subitem 3.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.4. No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.5. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relacionados ao valor unitário e total do item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do

contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

<u>Item Serviço / Grupo</u>	<u>Intervalo mínimo de valores</u>
1	20.000,00

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17.5. As disposições deste item 5.17 e subitens não se aplicam aos itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa “aberto e fechado”.

5.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

5.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.20.2. empresas brasileiras;

5.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20.5. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.4.1. É obrigatória a compatibilidade dos preços unitários de todos os itens integrante do grupo com os valores referenciais estabelecidos pela Administração. Proposta(s) que apresentar(em) preços unitários superiores aos valores referenciais deverão ser ajustados, sob pena de desclassificação. Tal requisito visa

assegurar a razoabilidade e a conformidade dos custos ofertados em relação aos parâmetros estabelecidos.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.4 e 3.5 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento de planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.10.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.1.3. Para pessoas jurídicas em consórcio, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado para efeito de habilitação técnica e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.1.3.1. Para a comprovação da exigência dos requisitos de habilitação econômico-financeira das pessoas jurídicas em consórcio, conforme subitem anterior, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira, salvo se o consórcio for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte.

7.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 2.5.

7.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação

das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 11 deste Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo sistema SEI/SP.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

9.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; ou

9.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a Portaria Normativa nº 509/2025, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

9.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 9.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos

subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 9.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. Os procedimentos para apuração e aplicação das sanções administrativas relacionadas à presente licitação estão previstos na Portaria Normativa nº 509/2025, que integra este instrumento.

9.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

9.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

9.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

9.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio: slicp@fundacaocasa.sp.gov.br*.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no endereço eletrônico na Internet www.fundacaocasa.sp.gov.br, opção Transparência*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

10.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

11.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos

autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

11.2.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.2.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

11.2.2.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.2.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.2.3.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.2.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

11.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

11.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

11.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônico www.fundacaocasa.sp.gov.br, opção *Transparência* e www.imprensaoficial.com.br, opção *e-negociospublicos*.

11.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.15.1. Termo de Referência – Anexo I do Edital;

11.15.1.1. Estudo Técnico Preliminar – Anexo do Termo de Referência;

11.15.2. Minuta de Contrato - Anexo II do Edital;

11.15.3. Cópia da Portaria Normativa nº 509/2025 - Anexo III do Edital;

11.15.4. Modelo referente a planilha de proposta - Anexo IV do Edital;

11.15.5. Modelo de Declaração exigida para Habilitação - Anexo V do Edital;

11.15.6. **Modelo de Declaração de Inexistência de vínculo com agentes públicos - Anexo VI do Edital;**

11.15.7. Modelos referentes à vistoria prévia - Anexo VII do Edital.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2026.

Amanda Aparecida Moraes Salazar
Diretora de Divisão

ESP-FUNDAÇÃO C.A.S.A. - SEDE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 155/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
155/2025	990202-ESP-FUNDAÇÃO C.A.S.A. - SEDE ADMINISTRAÇÃO	SIMONE PAULA RISSO DE AGUIAR	23/01/2026 17:08 (v 1.16)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		161.00148492/2025-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por objeto a locação de equipamentos, bem como a prestação de serviços técnicos especializados de instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de componentes com defeito e eventual ampliação do Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) instalado nas unidades da Fundação CASA do Estado de São Paulo e no Central de Videomonitoramento da Sede Administrativa, com o objetivo de garantir a continuidade, eficiência e modernização da infraestrutura de videomonitoramento institucional. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Grupos dos Serviços	Item	Descrição Serviços	Quantidade Geral	Unid.	Siafisico	ComprasGov
Grupo II.2 – Prestação de Serviços de Estação de Visualização para CFTV	1	(II.2.1.1.L) Estação de Visualização de CFTV	10	Mês	23401-0 (668) 33903795 313	21660
					23403-6	

Grupo II.3 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Sistema IP	2	(II.3.1.2.L) NVR Stand Alone (16 canais)	196	Mês	(668) 33903795 313	21660
	3	(II.3.2.1.L) Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	378	Mês	23405-2 (668) 33903795 313	
	4	(II.3.2.2.L) Licença Pack – expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	378	Mês	23406-0 (668) 33903795 313	
	5	(II.5.1.1.L) TV LCD ou LED 42”	196	Mês	23419-2 (668) 33903795 313	
	6	(II.5.1.2.L) Conjunto básico de instalação de DVR	196	Mês	23455-9 (668)	

Grupo II.5 – Prestação de Serviços de Acessórios e Conversores para CFTV Convencional (Digital)/Sistema IP		ou NVR: gabinete e nobreak			33903795	21660
					313	
	7	(II.5.1.9.L) Bandeja para rack 19"	392	Mês	23466-4 (668) 33903795	
					313	
	8	(II.5.1.10.L) Barra de tomadas para rack 19"	392	Mês	23467-2 (668) 33903795	
					313	
	9	(II.5.4.1.L) Switch com 24 portas 10 /100/1000 Mbps – POE's	46	Mês	23480-0 (668) 33903795	
					313	
	10	(II.5.4.2.L) Switch com 16 portas 10 /100/1000 Mbps – POE's	120	Mês	23481-8 (668) 33903795	
					313	

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985/2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os serviços são enquadrados como "serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra", tendo em vista a natureza da prestação em questão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o exposto no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Considerando o valor estimado do grupo para a contratação, não será aplicada as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. Não será aplicada cota de participação exclusiva, com fundamento no artigo 3º, inciso II da Lei Estadual nº 16.928/2019, considerando que o objeto da licitação não será adjudicado por item, o que comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados almejados pela Fundação CASA/SP, evitando assim, prejuízo ao conjunto do objeto a ser licitado e com vistas à preservação da economia de escala.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.7. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Devem ser atendidos os requisitos de sustentabilidade previstos no Volume 13 – Vigilância Eletrônica do CADTERC – estudos Técnicos de Serviços Terceirizados (www.bec.sp.gov.br).

Garantia da contratação

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento), que incidirá sobre o valor anual do contrato.

4.3. Dentro do prazo estabelecido para a formalização da contratação, e antes da assinatura do contrato, o fornecedor deverá apresentar garantia contratual, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.5. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido será considerada recusa injustificada à formalização do contrato, configurando descumprimento integral da obrigação assumida. Tal conduta sujeitará o fornecedor vencedor às sanções previstas na legislação aplicável.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.7.1. Poderão ser feitas tantas vistorias quantas cada interessado considerar necessário. Cada vistoria deverá ser agendada com o(s) servidor(es) Denis Batista Gomes pelo telefone (11) 2927.9198 / 9352 e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à sessão pública.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

Reajuste

4.12. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPC-FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 Os serviços serão executados observando-se os prazos e condições previstos no Estudo Técnico Preliminar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 A prestação dos serviços será realizada nos locais indicados no Anexo 1 – Detalhamento de Itens por Localidade deste documento.

5.2.1 Na hipótese de inauguração de novos espaços administrativos e/ou Centros de Atendimento, a Contratante poderá, a seu exclusivo critério, indicar novas localidades no âmbito do Estado de São Paulo para a implantação do sistema objeto do contrato, ainda que não previstas originalmente. A Contratada ficará, desde já, obrigada a realizar a execução dos serviços nos novos endereços, nas mesmas condições pactuadas, sem prejuízo da formalização de eventual termo aditivo.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: durante 24 (vinte e quatro) horas diárias ininterruptas.

Rotinas a serem seguidas

5.4 A atuação nos Centros deve respeitar as ações descritas no Plano Político Pedagógico e Plano de Contingência do Centro, em relação aos procedimentos de controle de entrada, revista pessoal, entre outros.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Desmobilização dos ativos e serviços

A contratação deverá prever a completa desmobilização do sistema ao término da vigência contratual, sendo essa obrigação da contratada, cujos custos já deverão estar incluídos no valor total do contrato, não cabendo qualquer pagamento específico ou adicional por essa atividade.

Adotar-se-ão as seguintes diretrizes:

a) O processo de desmobilização será formalmente planejado no último ano de vigência contratual com vistas a assegurar uma transição organizada.

b) No início do último ano do contrato, realizar-se-á reunião entre as partes para definição de um cronograma detalhado, contendo prazos e procedimentos para a retirada de todos os equipamentos, softwares e infraestrutura, com coordenação para a instalação dos equipamentos do novo contrato. A CONTRATADA fica, desde já, ciente que o pagamento dos equipamentos deixará de ser realizado a partir da data de sua desativação. Na ocasião, serão elaborados relatórios individualizados de cada equipamento desativado, a serem assinados por um funcionário da Fundação CASA/SP designado para cada localidade.

c) A contratada deverá responsabilizar-se pela reparação de eventuais danos causados às instalações da Contratante durante o processo de desmobilização, caso ocorram.

5.6 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Contratante poderá convocar o representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.11 O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, III).

6.12 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.15 A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços, conforme previsto no Anexo II deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.16 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.17 O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.18 O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.19 O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.20 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

Fiscalização Administrativa

6.21 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.22 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.23 Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.24 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.25 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.26 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.27 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.28 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.29 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A Contratada, além da disponibilização de mão de obra, dos equipamentos e materiais necessários à perfeita execução dos serviços de vigilância eletrônica, bem como das obrigações constantes na minuta de termo de contrato, obriga-se a:

7.1 Iniciar, imediatamente após o recebimento de autorização do Contratante, a prestação dos serviços nos respectivos locais relacionados no Anexo I.1, tempo previsto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o serviço conforme o estabelecido.

7.2 Apresentar, antes do início das atividades a serem realizadas nas dependências do Contratante, a relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, com dados pessoais de identificação, mantendo-a rigorosamente atualizada, se for o caso. A critério do Contratante, podem ser, ainda, solicitados documentos complementares, tais como: documentação comprobatória de idoneidade e de qualificação profissional dos profissionais que trabalharão nas dependências do Contratante, Carteira Profissional, Carteira de Saúde e ficha individual completa, na qual constarão todos os elementos necessários à perfeita identificação de cada profissional. Apresentar, quando solicitado, comprovantes de pagamento de benefícios e encargos sociais e trabalhistas.

7.3 Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a substituição de qualquer membro da equipe durante a execução dos serviços, se for o caso.

7.24 Assumir o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto do contrato, apresentando os comprovantes, quando solicitado pelo Contratante.

7.25 Assumir todas as responsabilidades legais por danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da Contratada, seja por atos de seus profissionais ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito do Contratante de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim.

7.26 Garantir, quando couber, que, na ocorrência de mudança de local antes do início da instalação dos sistemas, ficará obrigada a executá-los nos novos endereços, original ou em outras áreas de cobertura obrigatória previstas em contrato.

7.27 Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade observada nos locais de prestação do serviço e que possam representar risco ao patrimônio, à documentação, aos servidores e contribuintes.

7.28 Sugerir ao gestor do contrato eventuais alterações nos pontos de instalação das câmeras, outros equipamentos e procedimentos.

7.29 Registrar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de qualquer atividade que envolva os serviços de: projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e equipamentos eletroeletrônicos, no Conselho Regional de Engenharia de São Paulo (CREA/SP).

7.30 Fornecer catálogos de todos os equipamentos a serem instalados para a aprovação da Contratante. Apresentar os catálogos dos equipamentos em língua portuguesa, não serão admitidos catálogos em língua inglesa, espanhol, francês ou ainda catálogos em línguas, alfabetos ou ideogramas diferentes do alfabeto latino do padrão ISO.

7.30.1 Providenciar MEMORIAL DESCRITIVO DE INSTALAÇÃO dos equipamentos, ao final da instalação, indicando todos os equipamentos instalados, suas especificações, notas técnicas das instalações referentes a interferências arquitetônicas efetuadas para a instalação dos equipamentos e/ou outras medidas ou problemas encontrados. O Memorial Descritivo deverá ser acompanhado dos Catálogos de todos os equipamentos instalados, dos diagramas esquemáticos de instalação e dos AS BUILTS da instalação, para os sistemas considerados avançados, de grande complexidade ou a critério da contratante, quando julgar necessário a apresentação do AS BUILT do sistema de vigilância eletrônica.

7.31 Indicar um supervisor para realizar periodicamente, em conjunto com o Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando à qualidade da prestação dos serviços.

7.32 Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do Contratante, a menos que expressamente autorizada pela mesma por escrito.

7.33 Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços — como no apoio e na supervisão dos serviços — movidos preferencialmente a álcool (etanol) ou gás natural veicular (GNV), combustíveis estes que causam menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras na atmosfera.

7.34 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

7.35 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.

7.36 Executar rotinas de manutenção preventiva a cada três meses e manutenção corretiva sempre que for necessário, mantendo sempre em funcionamento os sistemas de vigilância eletrônica contratados.

7.37 Apresentar, a cada rotina de manutenção preventiva e corretiva, relatório de manutenção em que deverão constar: a data da manutenção, os itens verificados, as anomalias encontradas, as medidas corretivas adotadas (quando for o caso), as peças ou os equipamentos substituídos e o nome do técnico responsável pela manutenção.

7.38 Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 13.874/2019.

8. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, o Contratante responsabiliza-se por:

- 8.1** Expedir Autorização de Serviços com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de início da execução dos mesmos.
- 8.2** Indicar formalmente o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 8.3** Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, verificando se no desenvolvimento dos trabalhos estão sendo cumpridos os serviços e as especificações previstos no edital, no termo de referência, na proposta e no contrato de forma satisfatória e documentando as ocorrências havidas.
- 8.4** Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao responsável da Contratada e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo.
- 8.5** Estabelecer, no início do contrato, rotinas para o cumprimento do objeto, tais como a ordem e os horários em que deverão ser realizados os serviços, efetuando periodicamente eventual reprogramação dos serviços a serem executados pela Contratada e, em caso de alterações, fazer a devida comunicação com antecedência.
- 8.6** Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, entre elas: designar local para guardar os materiais e equipamentos, local para vestiário e refeições para os profissionais da Contratada e fornecer crachá para acesso às dependências do Contratante.
- 8.7** Prestar à Contratada e a seus representantes e profissionais todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados.
- 8.8** Convocar a Contratada para reuniões, sempre que necessário.
- 8.9** Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela Contratada, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, aplicando-se eventual desconto nas faturas em função da pontuação final obtida no Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços, comunicando à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança.
- 8.10** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- 8.11** Receber, avaliar, validar e anexar nos processos da contratação dos serviços os Memoriais Descritivos, Diagramas de Instalação, Catálogos dos Equipamentos, Projetos de AS BUILTS e relatórios de manutenção preventiva e corretiva.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços, conforme previsto no anexo deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços e observará o disposto nesta seção.

9.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

9.1.1.1 Não tenha produzido os resultados acordados;

9.1.1.2 Tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

9.1.1.3 Tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2 A utilização do Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.3.1 Até o 5º dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a Contratada entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados;

9.3.2 Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

9.3.2.1 O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente realizados em cada um dos ambientes, aplicando-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida no Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços

9.3.2.2 Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos no anexo deste Termo de Referência que deu base ao certame licitatório.

9.3.2.3 No final de cada mês de apuração, a equipe do Contratante responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 05 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período para o gestor do contrato.

9.3.2.4 O gestor do contrato, com base em todos os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante cada período, irá consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado para apurar o percentual de liberação da fatura correspondente àquele mês.

9.3.2.5 À Contratada será encaminhada uma via do Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços pelo gestor do contrato.

9.3.2.6 A realização dos descontos indicados no item "9.1.1" não prejudica a aplicação de sanções à Contratada em razão do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato.

9.3.3 Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a Contratante atestará a medição mensal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à Contratada o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

Do recebimento

9.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

9.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

9.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

9.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

9.9.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;.

9.9.2 O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

9.10 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.11 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.12 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.14 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.15 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.16 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 04 (quatro) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

9.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.16.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas

9.16.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

9.16.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.17 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

9.18 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.19 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.20 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.20.1 O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.21 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

9.21.1 O prazo de validade;

9.21.2 A data da emissão;

9.21.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.21.4 O período respectivo de execução do contrato;

9.21.5 O valor a pagar; e

9.21.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.22 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

9.23 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.24 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.25 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.26 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.27 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.28 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

9.29 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

9.30 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

9.31 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

9.31.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

9.32 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.33 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

9.33.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.34 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E EXECUÇÃO

10.1. Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa:

10.1.1. Modalidade: pregão.

10.1.2. Critério de julgamento: menor preço do grupo.

10.1.3. Modo de disputa: aberto.

10.2. Se almeja gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

Lei Complementar Federal nº 123/2006

10.3. Considerando a natureza do objeto a ser licitado e em conformidade com as conclusões alcançadas no Estudo Técnico Preliminar, verifica-se a impossibilidade de divisão do objeto em cotas de participação ampla e restrita. Portanto, nos termos do artigo 49, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e no artigo 3º inciso II da Lei Estadual nº 16.928/2019, a presente licitação será de participação ampla.

Regime de Execução

10.4. O regime de execução do contrato será global.

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.29.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

10.29.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

10.29.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.29.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

10.30. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

10.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.30.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.30.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

10.30.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.30.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art.112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

10.30.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

10.31. Declaração subscrita por representante legal do licitante, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, a relação dos profissionais (função, especialidade e quantidade) que comporão a equipe de execução dos trabalhos e a indicação do responsável técnico pelos serviços de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos, necessariamente engenheiro com habilitação legal na especialidade que compõe o escopo principal da futura contratação, sendo que engenheiro(s) indicado(s) não registrado(s) no Estado de São Paulo deverá(ão) apresentar Certidão de Registro do profissional visada(s) pelo CREA-SP – 6ª Região, autorizando-o(s) ao exercício da atividade nesta Região, nos termos do artigo 58 da Lei Federal nº 5.194/1966.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

12.1.1 No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Secretaria da Justiça e da Cidadania / Fundação CASA - SEDE Administração 990202

II) Fonte de Recursos: 1.500.1.0.001

III) Programa de Trabalho: 14.122.1729.5904.0000 / 14.243.1729.5907.0000

IV) Elemento de Despesa: 33.90.37.95

12.2 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DENIS BATISTA GOMES

Superintendente de Segurança



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 17:07:18.

ANEXO I

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTOS

LOCALIDADE 1

UNIDADE													
CAIP ANDORINHAS													
ENDEREÇO													
Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº - Vila San Martin, Campinas/SP - CEP 13069-096													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 2

UNIDADE													
CAIP JACARANDÁ													
ENDEREÇO													
Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre - Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 3

UNIDADE													
CAIP SÃO FRANCISCO													
ENDEREÇO													
Avenida das Nações Unidas, 1233 - Vila Leopoldina - São Paulo / SP - CEP 05310-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	5	5	3	3	6	6	1	1	39	1	1	3

LOCALIDADE 4

UNIDADE													
CASA ARAÇÁ													
ENDEREÇO													
Estrada do Goulart, Km 1,45 – Bairro Fazenda do Estado - Araçatuba/SP - CEP 16060-280													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 5

UNIDADE													
CASA ARAÇATUBA													
ENDEREÇO													
Estrada do Goulart, s/nº - Bairro Santa Luzia - Araçatuba/SP - CEP: 16011-073													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 6

UNIDADE													
CASA ARARAQUARA													
ENDEREÇO													
Rua José Gorla, 145 - Condomínio Satélite - Araraquara/SP - CEP: 14808-585													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 7

UNIDADE													
CASA ATIBAIA													
ENDEREÇO													
Rodovia Fernão Dias – Km 27 + 300m – Bairro Tanque, Atibaia/SP - CEP 12954-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 8

UNIDADE													
CASA BAURU													
ENDEREÇO													
Av. Lucio Luciano, Km 231 - Núcleo Residencial Presidente Geisel - Bauru/SP - CEP: 17033-530													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	5	5	3	3	6	6	1	1	39	1	1	3

LOCALIDADE 9

UNIDADE													
CASA BELA VISTA													
ENDEREÇO													
Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 – Vila Maria – São Paulo / SP - CEP 03074-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	3	3	2	2	4	4	1	0	23	1	1	2

LOCALIDADE 10

UNIDADE													
CASA BOTUCATU													
ENDEREÇO													
Av. José Ítalo Bacchi, s/nº - Jardim Aeroporto - Botucatu/SP - CEP: 18606-851													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 11

UNIDADE													
CASA CAMPINAS													
ENDEREÇO													
Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº, Vila San Martin - Campinas/SP - CEP 13069-096													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 12

UNIDADE													
CASA CANDIDO PORTINARI													
ENDEREÇO													
Rodovia Geovana Aparecida Deliberto – Km 2 – Zona Rural - Ribeirão Preto / SP - CEP: 14034-000													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 13

UNIDADE													
CASA CARAGUATATUBA													
ENDEREÇO													
Estrada Pirassununga, nº 600 - Bairro Rio Claro - Caraguatatuba / SP - CEP 11660-971													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 14

UNIDADE													
CASA CHIQUEINHA GONZAGA													
ENDEREÇO													
Rua Japuruchita, 300 – Mooca - São Paulo/SP - CEP 03128-070													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 15

UNIDADE													
CASA ESPERANÇA													
ENDEREÇO													
Rodovia Gladys Bernardes Minhoto - SP 129 Km 63 - Vila Belo Horizonte - Itapetininga/SP - CEP: 18211-265													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 16

UNIDADE													
CASA FEMININO ANITA GARIBALDI													
ENDEREÇO													
Rodovia Salim Antônio Curiati - Km 21+500 m – SP 245 – Cerqueira César/SP - CEP 18769-899													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 17

UNIDADE													
CASA FEMININO CERQUEIRA CESAR													
ENDEREÇO													
Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21+500 m – SP 245 - Cerqueira César/SP - CEP 18769-899													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 18

UNIDADE													
CASA FEMININO DIADEMA													
ENDEREÇO													
Avenida Antônio Piranga, nº 1500 – Centro – Diadema / SP - CEP 09911-160													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 19

UNIDADE													
CASA FRANCA													
ENDEREÇO													
Av. Dr. Sidney Romeu de Andrade, s/nº - Jardim Marambaia - Franca / SP - CEP: 14409-652													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 20

CASA GOVERNADOR MARIO COVAS													
ENDEREÇO													
Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 - Vila Maria - São Paulo/SP - CEP 03074-000													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	3	3	2	2	4	4	1	0	23	1	1	2

LOCALIDADE 21

UNIDADE													
CASA GUARUJÁ													
ENDEREÇO													
Av. Adhemar de Barros, 571, Vila Santo Antônio - Guarujá-SP, CEP 11430-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 22

UNIDADE													
CASA GUARULHOS													
ENDEREÇO													
Rua Ministro Hipólito, nº 3650 (ao lado do PANCO) Cidade Aracília - altura do Km 206 da BR 101 - Rodovia Presidente Dutra - Guarulhos/SP - CEP: 07250-010													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 23

UNIDADE													
CASA GUAYI													
ENDEREÇO													
Rua Ministro Hipólito, nº 3700 (ao lado do PANCO) Cidade Aracília - altura do Km 206 da BR 101 - Rodovia Presidente Dutra - Guarulhos/SP - CEP: 07250-010													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 24

UNIDADE													
CASA IRAPURU 1													
ENDEREÇO													
Estrada Municipal 3 (IRU), Km 6, Bairro Patury (lado direito), Irapuru/SP - CEP 17880-000													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 25

UNIDADE													
CASA IRAPURU 2													
ENDEREÇO													
Estrada Municipal 3 (IRU) - Km 6, Bairro Patury (lado direito) Irapuru/SP - CEP: 17880-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 26

UNIDADE													
CASA ITAPARICA													
ENDEREÇO													
Rua Domingos Paiva, 618 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043-070													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	5	5	3	3	6	6	1	1	39	1	1	3

LOCALIDADE 27

UNIDADE													
CASA ITAQUA													
ENDEREÇO													
Estrada Pedro da Cunha Albuquerque Lopes, 3367 - Bairro Perobal - Itaquaquecetuba/SP - CEP: 08584-584													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 28

UNIDADE													
CASA ITAQUERA													
ENDEREÇO													
Avenida Miguel Ignácio Curi, nº 1311 – Itaquera - São Paulo/SP - CEP 08295-005													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	5	5	3	3	6	6	1	1	39	1	1	3

LOCALIDADE 29

UNIDADE													
CASA JACAREI													
ENDEREÇO													
Rodovia Presidente Dutra - Km 173 Bairro Chácara Reunidas - Igarapés - Jacareí/SP - CEP: 12330-28													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 30

UNIDADE													
CASA JOÃO DO PULO													
ENDEREÇO													
Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4210 - Vila Maria - São Paulo/SP - CEP 02170-000													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 31

UNIDADE													
CASA JOAO PAULO II													
ENDEREÇO													
Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21+500 m – SP 245 - Cerqueira César/SP - CEP 18769-899													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 32

UNIDADE													
CASA JUQUIÁ													
ENDEREÇO													
Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP 03043-050													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 33

UNIDADE													
CASA LARANJEIRAS													
ENDEREÇO													
Rodovia Wilson Finardi SP 191 Km 7 + 817 metros - Mogi Mirim / SP - CEP 13800-970													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 34

UNIDADE													
CASA LIMEIRA													
ENDEREÇO													
Rodovia Anhanguera – SP 330 – Km 138 – Jardim Olga Veroni - Limeira/SP - CEP 13487-170													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 35

UNIDADE													
CASA LORENA													
ENDEREÇO													
Estrada Chiquito de Aquino, Km 002 + 100 m - Santa Lucrecia – Lorena / SP – CEP 12612-550													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 36

UNIDADE													
CASA MAESTRO CARLOS GOMES													
ENDEREÇO													
Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº - Vila San Martin - Campinas/SP - CEP 13069-096													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 37

UNIDADE													
CASA MANACÁ DA SERRA													
ENDEREÇO													
Rua Marcus Vinicius Donadel Góes, nº 100 - Franco da Rocha/SP - CEP 07859-380													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	3	3	2	2	4	4	1	0	23	1	1	2

LOCALIDADE 38

UNIDADE													
CASA MARILIA													
ENDEREÇO													
Rodovia SP 333, Km 343 - Marília / SP - CEP: 17500-970													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 39

UNIDADE													
CASA MAUÁ													
ENDEREÇO													
Avenida Papa João XXIII, nº 3741 – Vila Noêmia – Mauá/SP - CEP 09370-800													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 40

UNIDADE													
CASA MOGI MIRIM													
ENDEREÇO													
Rodovia Wilson Finardi SP 191 Km 7 + 817 metros - Mogi Mirim / SP - CEP 13800-970													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 41

UNIDADE													
CASA MONGUAGÁ													
ENDEREÇO													
Avenida dos Mariscos, s/nº - Balneário Cavalão Marinho - Mongaguá / SP - CEP 11730-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 42

UNIDADE													
CASA MORRO AZUL													
ENDEREÇO													
Rodovia Anhanguera – SP 330 – Km 138 – Jardim Olga Veroni - Limeira/SP - CEP 13487-170													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 43

UNIDADE													
CASA NELSON MANDELA													
ENDEREÇO													
Avenida Lúcio Luciano, Km 231 (SP 225) - Bairro Núcleo Residencial Presidente Geisel - Bauru / SP - CEP: 17033-530													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 44

UNIDADE													
CASA NOVA VIDA													
ENDEREÇO													
Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4222 - Vila Maria - São Paulo/SP CEP: 02170-000													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 45

UNIDADE													
CASA NOVO TEMPO													
ENDEREÇO													
Estrada do Governo, s/nº - Pouso Alegre - Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 46

UNIDADE													
CASA ONIX													
ENDEREÇO													
Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 – Vila Maria – São Paulo / SP - CEP 03074-000													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 47

UNIDADE													
CASA OSASCO 1													
ENDEREÇO													
Rua José Pascowitch nº 100 Chácara Everest, altura do KM 21,5 da Rodovia Raposo Tavares - Osasco SP - CEP 06149-070													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 48

UNIDADE													
CASA OSASCO 2													
ENDEREÇO													
Rua José Pascowitch nº 100 Chácara Everest, altura do KM 21,5 da Rodovia Raposo Tavares - Osasco SP - CEP 06149-070													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 49

UNIDADE													
CASA OURO PRETO													
ENDEREÇO													
Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4210 - Vila Maria - São Paulo/SP CEP 02170-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 50

UNIDADE													
CASA PERUÍBE													
ENDEREÇO													
Rua 2, nº 141, Estância Pérola Negra -Peruíbe - SP - CEP 11773-812 Perúíbe - SP - CEP 11773-812													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 51

UNIDADE													
CASA PIRITUBA													
ENDEREÇO													
Rua Stefano Mauser, 661 – Chácara Paraíso – Pirituba – São Paulo – SP – CEP: 05175-200													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 52

UNIDADE													
CASA PRAIA GRANDE 1													
ENDEREÇO													
Rua Cinco, nº 21 – Bairro Ribeirópolis – Praia Grande / SP CEP 11714-110													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 53

UNIDADE													
CASA PRAIA GRANDE 2													
ENDEREÇO													
Rua Cinco, nº 21 – Bairro Ribeirópolis – Praia Grande / SP CEP 11714-110													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 54

UNIDADE													
CASA RIBEIRÃO PRETO													
ENDEREÇO													
Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - Ribeirão Preto/SP CEP: 14034-000													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 55

UNIDADE													
CASA RIO DOURADO													
ENDEREÇO													
Estrada do Sabino, Km 2 (Rodovia David Eid) - Lins/SP CEP: 16400-970													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 56

UNIDADE													
CASA RIO PARANÁ													
ENDEREÇO													
Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP 03043-050													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 57

UNIDADE													
CASA RIO PARDO													
ENDEREÇO													
Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - Ribeirão Preto / SP CEP: 14034-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 58

UNIDADE													
CASA RIO PIRACICABA													
ENDEREÇO													
Rodovia SP 147 Km 138,5 - Bairro Vila Areão - Piracicaba / SP - CEP 13414-020													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	4	7	7	4	4	8	8	1	2	55	1	1	4

LOCALIDADE 59

UNIDADE													
CASA RIO TÂMISA													
ENDEREÇO													
Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043-050													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	3	3	2	2	4	4	1	0	23	1	1	2

LOCALIDADE 60

UNIDADE													
CASA RIO TURIASSÚ													
ENDEREÇO													
Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043-050													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 61

UNIDADE													
CASA SANTO ANDRE 1													
ENDEREÇO													
Avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, nº 193 - Vila Guiomar - Santo André SP - CEP 09090-480													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 62

UNIDADE													
CASA SANTO ANDRE 2													
ENDEREÇO													
Avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, nº 221 - Vila Guiomar - Santo André SP - CEP 09090-480													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 63

UNIDADE													
CASA SÃO BERNARDO 1													
ENDEREÇO													
Rua Domingos Potomati, nº 1040 – Bairro Batistini - São Bernardo do Campo / SP- CEP 09842-025													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 64

UNIDADE													
CASA SÃO CARLOS													
ENDEREÇO													
Av. Ayrton Salvador Leopoldino Junior, s/nº loc. 110 - Chácara 048 – Bairro Conjunto Habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho - São Carlos/SP – CEP 13570-829													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 65

UNIDADE													
CASA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO													
ENDEREÇO													
Rodovia Delcio Custodio da Silva, Km 3,5 - Fazenda São Pedro - São José do Rio Preto/SP CEP: 15048-000 CX Postal 632													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 66

UNIDADE													
CASA SÃO PAULO													
ENDEREÇO													
Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 – Vila Maria – São Paulo / SP - CEP 03074-000													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 67

UNIDADE													
CASA SERRA DA CANTAREIRA													
ENDEREÇO													
Rua Ministro Hipólito, nº 3750 (ao lado do PANCO) Cidade Aracília - altura do Km 206 da BR 101 Rodovia Presidente Dutra - Guarulhos/SP CEP: 07250-010													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 68

UNIDADE													
CASA SERRA DA MANTIQUEIRA													
ENDEREÇO													
Rodovia dos Tamoios, KM 12, Bairro da Pernambucana - São José dos Campos / SP - CEP 12228-845													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	3	3	2	2	4	4	1	0	23	1	1	2

LOCALIDADE 69

UNIDADE													
CASA SERTÃOZINHO													
ENDEREÇO													
Rodovia Carlos Tonani SP 333 Km, 92 Chácara Boa Vista - Sertãozinho / SP CEP:14160-970													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 70

UNIDADE													
CASA SOROCABA 1													
ENDEREÇO													
Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 550/560 Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP - CEP 18087-210													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 71

UNIDADE													
CASA SOROCABA 2													
ENDEREÇO													
Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 550/560 - Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP - CEP 18087-210													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 72

UNIDADE													
CASA SOROCABA 3													
ENDEREÇO													
Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 570 – Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP - CEP 18087-210													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 73

UNIDADE													
CASA SOROCABA 4													
ENDEREÇO													
Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 200 - Bairro Aparecidinha - Sorocaba/SP - CEP: 18087-210													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	3	3	2	2	4	4	1	0	23	1	1	2

LOCALIDADE 74

UNIDADE													
CASA TAMOIOS													
ENDEREÇO													
Rodovia dos Tamoios, Km 12 Bairro da Pernambucana - São José dos Campos / SP - CEP: 12228-845													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	3	3	2	2	4	4	1	0	23	1	1	2

LOCALIDADE 75

UNIDADE													
CASA TAPAJÓS													
ENDEREÇO													
Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre - Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	3	3	2	2	4	4	1	0	23	1	1	2

LOCALIDADE 76

UNIDADE													
CASA TAUBATÉ													
ENDEREÇO													
Avenida Amador Bueno da Veiga, nº 5050 - Km. 138.5 - (Rodovia SP 091 Km 138 + 600m), Bairro Jd. Jaraguá - Taubaté / SP - CEP 12062-400													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 77

UNIDADE													
CASA TERRA NOVA													
ENDEREÇO													
Rua Zaire, 208 - Bairro Jardim Adriane - Itaquaquecetuba / SP - CEP: 08598-740													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 78

UNIDADE													
CASA TOPÁZIO													
ENDEREÇO													
Rua Domingos Paiva, 618 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043-070													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 79

UNIDADE													
CASA TRÊS RIOS													
ENDEREÇO													
Estrada Vicinal Jair Gilberto Campana, Km 2 - Iaras/ SP - CEP 18779-899													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 80

UNIDADE													
CASA VILA DE SÃO VICENTE													
ENDEREÇO													
Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, SN - FCASA - Km 67 - Área Continental - Bairro Jardim Samaritá - São Vicente - SP, CEP 11346-300													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	3	6	6	3	3	6	6	2	0	47	1	1	3

LOCALIDADE 81

UNIDADE													
CASA VILA GUILHERME													
ENDEREÇO													
Av. Condessa Elizabeth de Robiano, 450 - Vila Maria - São Paulo/SP - CEP: 03074-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	3	3	2	2	4	4	1	0	23	1	1	2

LOCALIDADE 82

UNIDADE													
CASA VITORIA RÉGIA													
ENDEREÇO													
Rodovia David Eid, Km 1,5 - Lins/SP - CEP: 16401-490													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 83

UNIDADE													
COMPLEXO BRÁS (CEL MURSA)													
ENDEREÇO													
Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043-050													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	2	4	4	2	2	4	4	0	2	31	1	1	2

LOCALIDADE 84

UNIDADE													
COMPLEXO FRANCO DA ROCHA													
ENDEREÇO													
Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre - Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	1	2	2	1	1	2	2	0	1	15	1	1	1

LOCALIDADE 85

UNIDADE													
COMPLEXO VILA MARIA													
ENDEREÇO													
Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 - Vila Maria - São Paulo/SP - CEP 03074-000													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	1	2	2	1	1	2	2	0	1	15	1	1	1

LOCALIDADE 86

UNIDADE													
DPIL - ALMOXARIFADO CENTRAL													
ENDEREÇO													
Rua Isidoro Matheus, 316 - Vila Maria - São Paulo / SP - CEP 02113-004													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	1	2	2	1	1	2	2	0	1	15	1	1	1

LOCALIDADE 87

UNIDADE													
DR4 - ALMOXARIFADO RIBEIRÃO PRETO													
ENDEREÇO													
Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - Ribeirão Preto / SP - CEP 14001-970													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	1	2	2	1	1	2	2	0	1	15	1	1	1

LOCALIDADE 88

UNIDADE													
DR4 - ALMOXARIFADO LINS													
ENDEREÇO													
Estrada do Sabino, Km 2 (Rodovia David Eid) - Lins / SP - CEP 16400-970													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	1	2	2	1	1	2	2	0	1	15	1	1	1

LOCALIDADE 89

UNIDADE													
GTRANS													
ENDEREÇO													
Rua Isidoro Matheus, 316 - Vila Maria - São Paulo / SP - CEP 02113-004													
ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
0	1	2	2	1	1	2	2	0	1	15	1	1	1

LOCALIDADE 90

UNIDADE													
SEDE													
ENDEREÇO													
Rua Florêncio de Abreu, 848 – Luz - São Paulo/SP - CEP: 01030-001													

ESTAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO	NVR	SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO	LICENÇA PACK	TV LED	CONJUNTO BASICO DE INSTALAÇÃO (GABINETE E NO BREAK)	BANDEJA RACK	REGUA TOMADA	SWITCH 24 PORTAS	SWITCH 16 PORTAS	CÂMERA BULLET/DOME	CÂMERA SPEED DOME	POSTE GALVANIZADO	MANUTENÇÃO SISTEMA (ALÍQUOTA 5%)
10	2	4	4	2	2	4	4	0	2	32	0	0	2

ANEXO II

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

1. INTRODUÇÃO

Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão dos contratos de Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica.

As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados, que serão encaminhados ao gestor do contrato.

2. OBJETIVO

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada na execução dos contratos de Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica.

3. REGRAS GERAIS

A avaliação da Contratada na Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

- Desempenho profissional;
- Desempenho das atividades e;
- Gerenciamento.

4. CRITÉRIOS

No formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Realizado”, “Parcialmente Realizado” e “Não Realizado”, respectivamente.

4.1. Critérios da Pontuação a ser Utilizada em Todos os Itens Avaliados

- Realizado: 3 (três) pontos;
- Parcialmente realizado: 1 (um) ponto;
- Não realizado: 0 (zero) ponto.

4.2. Condições Complementares

4.2.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.

4.2.2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a unidade responsável deverá realizar reunião com a Contratada em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.

4.2.3. Sempre que a Contratada solicitar prazo visando ao atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

5. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

Grupos	Módulos	Itens	Percentual de Ponderação
Grupo 1	Desempenho profissional	A1 – Cumprimento das atividades	15%
		A2 – Manutenções preventiva e corretiva efetuadas	25%
		A3 – Qualificação profissional	20%
		A4 – Uniformes e identificação	10%
		A5 – Equipamentos e acessórios	30%
		Total	100%
Grupo 2	Desempenho das atividades	B1 – Especificação técnica dos serviços	10%
		B2 – Instalação/mudança do local dos equipamentos	5%
		B3 – Eficiência do sistema	50%
		B4 – Atendimento da central de monitoramento	10%
		B5 – Atendimento às ocorrências	25%
		Total	100%
Grupo 3	Gerenciamento	C1 – Periodicidade da supervisão	15%
		C2 – Entrega de memorial descritivo, diagrama de instalação e <i>as built</i>	10%
		C3 – Gerenciamento das atividades operacionais	25%
		C4 – Atendimento às solicitações	25%
		C5 – Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	25%
		Total	100%

6. RESPONSABILIDADES

6.1. Equipe de Fiscalização

- Responsável pela avaliação da Contratada, utilizando o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços e pelo encaminhamento de toda documentação ao gestor do contrato juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um).

6.2. Gestor do Contrato

- Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório das instalações à Contratada;
- Responsável pelo encaminhamento para conhecimento à autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

7. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

7.1. Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.

7.2. No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até cinco dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberem notas 0 (zero) ou 1 (um), para o gestor do contrato.

7.3. Cabe a cada Unidade, por meio do respectivo gestor do contrato, mensalmente e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante esse período, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a Contratada.

7.4. De posse dessa avaliação, o gestor do contrato deve aplicar na medição seguinte os descontos cabíveis previstos nesse procedimento, garantindo a defesa prévia à Contratada.

7.5. Cabe ao gestor do contrato encaminhar mensalmente à Contratada, no fechamento das medições, quadro-resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês a performance global da Contratada em relação aos conceitos alcançados pela mesma.

7.6. Cabe ao gestor do contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o quadro-resumo e conceituando a Contratada como segue:

- **Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado:** quando a Contratada obtiver nota final acumulada igual ou superior a 6,75 e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 8 deste Anexo;
- **Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado:** quando a Contratada, apesar de obter nota final acumulada igual ou superior a 6,75, já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação indicados no item 8 deste Anexo;
- **Conceito Geral Ruim e Desempenho Não Recomendado:** quando a Contratada, além de obter nota final acumulada inferior a 6,75, já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 8 deste Anexo.

8. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

8.1. As faturas apresentadas pela Contratada ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação, vinculado à Avaliação da Qualidade dos Serviços, conforme a tabela a seguir.

Percentual de Liberação	Nota Obtida na Avaliação
Liberação total da fatura	Nota total maior ou igual a 6,75 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota total maior ou igual a 5 e menor que 6,75 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens de cada grupo avaliado;
Liberação de 75% da fatura	Nota total abaixo de 5 pontos ou mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens de cada grupo avaliado.

8.2. O gestor do contrato apurará o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 7 deste Anexo e na Cláusula Nona do termo de contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades cabíveis.

9. DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

9.1. Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços.

9.2. Instruções para o preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços.

9.3. Relatório das Instalações e quadro-resumo.

9.1. Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Vigilância Eletrônica

Contrato Número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratada:			
Responsável pela Fiscalização:			
Gestor do Contrato:			

Grupo 1 - Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Cumprimento das Atividades	15%		
Manutenções Preventiva e Corretiva Efetuadas	25%		
Qualificação Profissional	20%		
Uniformes e Identificação	10%		
Equipamentos e Acessórios	30%		
Total			

Grupo 2 - Desempenho das Atividades	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Especificação Técnica dos Serviços	10%		
Instalação / Mudança do local dos equipamentos	5%		
Eficiência do Sistema	50%		
Atendimento da Central de Monitoramento	10%		
Atendimento às Ocorrências	25%		
Total			

Grupo 3 - Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c = a x b)
Periodicidade da Supervisão	15%		
Entrega de Memorial Descritivo, Diagrama de Instalação e <i>As Buits</i>	10%		
Gerenciamento das Atividades Operacionais	25%		
Atendimento às Solicitações	25%		
Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas	25%		
Total			

NOTA FINAL (somatória das notas totais para os grupos 1, 2 e 3)	
--	--

Nota Final:	Assinatura do Responsável pela Fiscalização:	Assinatura do Gestor do Contrato	Assinatura do Responsável da Contratada:
-------------	--	----------------------------------	--

9.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Vigilância Eletrônica

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)
Cumprimento das atividades	<ul style="list-style-type: none">▪ Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços especificados;▪ Comunicação à área de segurança do Contratante de todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio;▪ Comunicação imediata ao gestor do contrato de qualquer anormalidade verificada por meio do sistema de vigilância eletrônica e monitoramento remoto, inclusive de ordem funcional, adotando as providências de regularização necessárias, assim como todo e qualquer acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do Contratante;▪ Execução dos serviços de vigilância eletrônica, mesmo quando ocorrerem mudanças de locais a serem monitorados, durante a vigência do contrato, desde que esses se localizem dentro da área pertencente à área de cobertura prevista; e▪ Adoção dos procedimentos contratuais em face das ocorrências, estabelecendo providências adequadas a cada caso, tais como violação de ambientes, intrusão, movimentação do intruso, abordagem, senhas e contrassenhas, entre outros.
Manutenções preventiva e corretiva efetuadas	<ul style="list-style-type: none">▪ Manutenções preventiva e corretiva efetuadas nas frequências descritas de acordo com o tipo de equipamento e descrição nas Especificações Técnicas.
Qualificação profissional	<ul style="list-style-type: none">▪ Qualificação e habilitação da mão de obra disponibilizada pela Contratada, em especial dos profissionais que compõem a equipe técnica de execução dos trabalhos de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção corretiva de sistemas de segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos;▪ Disponibilização de equipe operacional preparada para o atendimento a qualquer funcionário ou preposto autorizado do Contratante, procedendo à sua identificação, verificando sua necessidade e apresentando soluções e/ou encaminhamentos;▪ Disponibilização de Responsável Técnico pelos serviços de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos (Engenheiro com habilitação legal na especialidade e experiência na função específica); e▪ Treinamento pela Contratada dos usuários dos sistemas eletrônicos, capacitando-os na correta utilização dos mesmos.
Uniformes e identificação	<ul style="list-style-type: none">▪ Identificação dos profissionais (crachá) e uso de uniformes em bom estado de conservação; e▪ Uniformes e equipamentos de proteção individual adequados às tarefas que executam.
Equipamentos e acessórios	<ul style="list-style-type: none">▪ Equipamentos e acessórios novos no início do contrato, apresentando perfeita funcionalidade, de acordo com o contrato; e▪ Entrega dos manuais dos equipamentos e acessórios especificados no contrato.

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)
Especificação técnica dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> Conformidade dos serviços prestados com o especificado no contrato.
Instalação/mudança do local dos equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento dos prazos estabelecidos para instalação/mudança de local dos equipamentos.
Eficiência do sistema	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento do sistema quanto às necessidades em termos de segurança das instalações; Manutenção técnica preventiva/corretiva nos padrões solicitados para a continuidade e disponibilidade dos serviços; e Restabelecimento do sistema de acordo com especificações técnicas, inclusive em horários noturnos, aos sábados, domingos e feriados.
Atendimento da central de monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das solicitações do Contratante por parte da central de monitoramento nos prazos estabelecidos e acordados; Observância da ficha de monitoramento em relação aos procedimentos que estabelecem com o Contratante a operação personalizada para cada evento monitorado, senha e contrassenha, condições para envio de serviço de vistoria ao local para a verificação do sistema instalado, visando constatar ser ou não um evento real; Disponibilização de nível de segurança compatível com a importância da atividade, a fim de que não haja interrupção dos serviços. Deve estar dotada, entre outros itens, por exemplo, de fonte de energia alternativa (gerador/nobreak), pessoal treinado e qualificado e monitoramento de segurança; Observância dos procedimentos detalhados e objetivos para tratamento de ocorrências com seus profissionais treinados nos mesmos procedimentos; Disponibilização de operador de monitoramento remoto da Contratada, que deve identificar o local de origem e avaliar o sinal de alarme, verificando, por meio de senhas e contrassenhas, se se trata de uma ocorrência real ou alarme falso; A partir da checagem de eventos efetuada, tomar as providências previstas, tais como rondas virtuais ou o acionamento do serviço de pronta resposta, na forma prevista em contrato; e Acompanhamento em conjunto com a área técnica de eventuais problemas e/ou dificuldades de comunicação com os sistemas instalados.
Atendimento às ocorrências	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das ocorrências dentro do prazo máximo estabelecido em contrato e na qualidade desejada.

Grupo 3 – Gerenciamento	Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)
Periodicidade da supervisão	<ul style="list-style-type: none"> Execução de supervisão por parte da Contratada e na periodicidade acordada.
Entrega de memorial descritivo, diagrama de instalação e <i>as built</i>	<ul style="list-style-type: none"> Entrega de memorial descritivo, diagrama de instalação e <i>as built</i> conforme complexidade do sistema;

	<ul style="list-style-type: none">▪ Sistema Básico = Memorial Descritivo + Catálogo em Português + Diagrama de Instalação; e▪ Sistema Avançado = Memorial Descritivo + Catálogo em Português + Diagrama de Instalação + <i>as built</i>.																														
Gerenciamento das atividades operacionais	<ul style="list-style-type: none">▪ Administração das atividades operacionais.																														
Atendimento às solicitações	<ul style="list-style-type: none">▪ Atendimento às solicitações do Contratante conforme condições estabelecidas no contrato.																														
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	<ul style="list-style-type: none">▪ Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada:																														
	<table><tr><th>Documentos</th><th>Início da Prestação</th><th>Alteração no Quadro de Empregados</th><th>Comprovação Anual</th><th>Comprovação Mensal</th></tr><tr><td>Contrato de trabalho</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Convenção/ Acordo/ Sentenças normativas</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td></td></tr><tr><td>Registro empregado (livro com número do registro e da CPTS)</td><td>X</td><td>X</td><td></td><td></td></tr><tr><td>RAIS</td><td>X</td><td></td><td>X</td><td></td></tr><tr><td>Folha de pagamento (férias, 13º salário, recolhimento previdenciário, vale-transporte, vale-refeição, cesta básica, assistência médica e hospitalar, auxílio-funeral e seguro de vida que estejam previstos na legislação, convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa aplicável)</td><td>X</td><td></td><td></td><td>X</td></tr></table>	Documentos	Início da Prestação	Alteração no Quadro de Empregados	Comprovação Anual	Comprovação Mensal	Contrato de trabalho	X	X			Convenção/ Acordo/ Sentenças normativas	X		X		Registro empregado (livro com número do registro e da CPTS)	X	X			RAIS	X		X		Folha de pagamento (férias, 13º salário, recolhimento previdenciário, vale-transporte, vale-refeição, cesta básica, assistência médica e hospitalar, auxílio-funeral e seguro de vida que estejam previstos na legislação, convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa aplicável)	X			X
	Documentos	Início da Prestação	Alteração no Quadro de Empregados	Comprovação Anual	Comprovação Mensal																										
	Contrato de trabalho	X	X																												
	Convenção/ Acordo/ Sentenças normativas	X		X																											
	Registro empregado (livro com número do registro e da CPTS)	X	X																												
	RAIS	X		X																											
	Folha de pagamento (férias, 13º salário, recolhimento previdenciário, vale-transporte, vale-refeição, cesta básica, assistência médica e hospitalar, auxílio-funeral e seguro de vida que estejam previstos na legislação, convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa aplicável)	X			X																										
<p>Havendo a rescisão de contrato de trabalho de um profissional sob este contrato e substituição por outro, a Contratada se obriga a apresentar, em relação ao empregado cujo contrato se extinguir, os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Termo de rescisão de contrato de trabalho nos termos da legislação em vigor;																															

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento de concessão de aviso-prévio trabalhado ou indenizado; ▪ Recibo de entrega da comunicação de dispensa e do requerimento de seguro-desemprego; ▪ Guia de recolhimento rescisório do FGTS em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção do contrato por prazo indeterminado; e ▪ Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando a realização de exame médico demissional.
--	--

9.3. Relatório das Instalações e Quadro-resumo dos Serviços de Vigilância Eletrônica

Relatório das Instalação

Locais de Prestação dos Serviços	Subtotal Grupo 1	Subtotal Grupo 2	Subtotal Grupo 3	Nota Final (Somatório das Notas Totais para os Grupos 1, 2 e 3)
Avaliação Global				

Quadro Resumo

Grupo	Mês												Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Grupo 1													
Grupo 2													
Grupo 3													
Total													

ANEXO III

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

ETAPA	DIAS / PRAZO MÁXIMO	
Assinatura do Contrato	01º	05º
Reunião Inicial	06º	10º
Visitas Técnicas	11º	15º
Entrega do Plano de Trabalho detalhado	16º	25º
Definição do cronograma de mobilização por equipes	26º	30º
1ª Fase de Implantação - 10 Localidades	31º	60º
2ª Fase de Implantação - 20 Localidades	31º	90º
3ª Fase de Implantação - 20 Localidades	31º	120º
4ª Fase de Implantação - 20 Localidades	31º	150º
5ª Fase de Implantação - 20 Localidades	31º	180º

Nº	LOCALIDADE	MODELO	REGIONAL	FASE
1	CASA GUARUJÁ	2 PRÉDIOS	DR2	1
2	CAIP ANDORINHAS	T - 40	DR3	1
3	CASA CAMPINAS	T - 40	DR3	1
4	CASA MAESTRO CARLOS GOMES	T - 40	DR3	1
5	CASA ARAÇA	T-1	DR4	1
6	CASA ARAÇATUBA	T - 40	DR4	1
7	CASA GUAYI	T - 40	DRCAP	1
8	CASA GUARULHOS	T - 40	DRCAP	1
9	CASA SERRA DA CANTAREIRA	T - 40	DRCAP	1
10	SEDE	ADM	SEDE	1
11	CASA OSASCO 1	T - 40	DR2	2
12	CASA OSASCO 2	T - 40	DR2	2
13	CASA PRAIA GRANDE 1	T - 40	DR2	2
14	CASA PRAIA GRANDE 2	T - 40	DR2	2
15	CASA FEMININO DIADEMA	T - 40	DR2	2
16	CASA LARANJEIRAS	T - 40	DR3	2
17	CASA MOGI MIRIM	T - 40	DR3	2
18	CASA MANACA DA SERRA	INTERNATO	DR3	2
19	CASA BAURU	T-1	DR4	2
20	CASA FEMININO ANITA GARIBALDI	T - 40	DR4	2
21	CASA FEMININO CERQUEIRA CESAR	T - 40	DR4	2

22	CASA JOÃO PAULO II	T - 40	DR4	2
23	CASA NELSON MANDELA	T - 40	DR4	2
24	CASA MARÍLIA	T-1	DR4	2
25	CASA ITAQUA	T - 40	DRCAP	2
26	CASA CHIQUINHA GONZAGA	ÚNICO	DRCAP	2
27	CASA ITAQUERA	T-150	DRCAP	2
28	CASA TERRA NOVA	INTERNATO	DRCAP	2
29	CAIP SÃO FRANCISCO	T-150	DRCAP	2
30	CASA PIRITUBA	T-1	DRCAP	2
31	CASA MAUÁ	T - 40	DR2	3
32	CASA SANTO ANDRÉ 1	T - 40	DR2	3
33	CASA SANTO ANDRÉ 2	T - 40	DR2	3
34	CASA SÃO BERNARDO 1	T - 40	DR2	3
35	CASA MONGUAGÁ	T - 40	DR2	3
36	COMPLEXO FRANCO DA ROCHA	COMPLEXO	DR3	3
37	CAIP JACARANDÁ	ÚNICO	DR3	3
38	CASA NOVO TEMPO	T - 40	DR3	3
39	CASA TAPAJÓS	ÚNICO	DR3	3
40	CASA RIBEIRÃO PRETO	T-2	DR4	3
41	CASA RIO PARDO	T-1	DR4	3
42	DR4 - ALMOXARIFADO RIBEIRÃO PRETO	ADM	DR4	3
43	CASA FRANCA	2 PRÉDIOS	DR4	3
44	CASA CANDIDO PORTINARI	T - 40	DR4	3
45	CASA BELA VISTA	ÚNICO	DRCAP	3
46	CASA GOVERNADOR MÁRIO COVAS	ÚNICO	DRCAP	3
47	CASA ÔNIX	T-150	DRCAP	3
48	CASA SÃO PAULO	T-150	DRCAP	3
49	CASA VILA GUILHERME	ÚNICO	DRCAP	3
50	COMPLEXO VILA MARIA	COMPLEXO	DRCAP	3
51	CASA CARAGUATATUBA	T - 40	DR2	4
52	CASA ATIBAIA	T - 40	DR2	4
53	CASA SOROCABA 1	T - 40	DR2	4
54	CASA SOROCABA 2	T - 40	DR2	4
55	CASA SOROCABA 3	T-1	DR2	4
56	CASA SOROCABA 4	ÚNICO	DR2	4
57	CASA ESPERANÇA	T - 40	DR2	4
58	CASA RIO PIRACICABA	2 PRÉDIOS	DR3	4
59	CASA TAMOIOS	T-1	DR3	4
60	CASA SERRA DA MANTIQUEIRA	T-1	DR3	4
61	CASA IRAPURU 1	T - 40	DR4	4
62	CASA IRAPURU 2	T - 40	DR4	4
63	CASA BOTUCATU	T - 40	DR4	4
64	CASA RIO DOURADO	T-2	DR4	4
65	CASA TRÊS RIOS	T-2	DR4	4
66	CASA VITÓRIA RÉGIA	T-1	DR4	4

67	DR4 - ALMOXARIFADO LINS	ADM	DR4	4
68	CASA JOÃO DO PULO	ÚNICO	DRCAP	4
69	CASA NOVA VIDA	T-2	DRCAP	4
70	CASA OURO PRETO	ÚNICO	DRCAP	4
71	CASA LORENA	T - 40	DR2	5
72	CASA JACAREÍ	T - 40	DR2	5
73	CASA PERUÍBE	T - 40	DR2	5
74	CASA TAUBATÉ	T - 40	DR2	5
75	CASA VILA DE SÃO VICENTE	T-1	DR2	5
76	CASA LIMEIRA	T - 40	DR3	5
77	CASA MORRO AZUL	T - 40	DR3	5
78	CASA ARARAQUARA	T-1	DR4	5
79	CASA SÃO CARLOS	T - 40	DR4	5
80	CASA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	T-1	DR4	5
81	CASA SERTÃOZINHO	T-1	DR4	5
82	CASA ITAPARICA	ÚNICO	DRCAP	5
83	CASA JUQUIÁ	ÚNICO	DRCAP	5
84	CASA RIO PARANÁ	ÚNICO	DRCAP	5
85	CASA RIO TÂMISA	ÚNICO	DRCAP	5
86	CASA RIO TURIASSU	ÚNICO	DRCAP	5
87	CASA TOPÁZIO	ÚNICO	DRCAP	5
88	COMPLEXO BRÁS (CEL MURSA)	COMPLEXO	DRCAP	5
89	DPIL - ALMOXARIFADO CENTRAL	ADM	SEDE	5
90	GTRANS	ADM	SEDE	5

ANEXO IV RELAÇÃO DE CNPJ	
FUNDACAO CASA-SP - SEDE	444802830001-91
NUCLEO DE ACERVO INSTITUCIONAL DOCUMENTAL - NAID	444802830002-72
CASA DE SEMILIBERDADE URAI ZONA LESTE	444802830003-53
SUBSEDE 2-DR4 / CASAS R.PRETO, R.PARDO, C.PORT. / UAISA	444802830009-49
CASA GUARUJA	444802830011-63
CASA SAO JOSE DO RIO PRETO	444802830034-50
CASA RIO PARANA - RIO TAMISA - JUQUIA - UAISA	444802830035-30
CASA TERRA NOVA	444802830036-11
POLO DRMC-CASA JACARANDA-TAPAJOS-NOVO TEMPO	444802830037-00
CASA MANACA DA SERRA	444802830038-83
CASA SEMILIBERDADE AZALEIA	444802830041-89
CASA ENCOSTA NORTE	444802830042-60
CASA FEMININA PARADA DE TAIPAS	444802830043-40
CASA VILA CONCEICAO	444802830044-21
POLO DRCAP	444802830051-50
CASA ITAPARICA - CASA TOPAZIO	444802830052-31
CASA FAZENDA DO CARMO	444802830053-12
CASA NOVO HORIZONTE - GUAIANAZES I - CASA GUAIANAZES II	444802830054-01
CASA JEQUITIBA	444802830055-84
DIVISAO DE PATR., INFRAESTRUTURA E LOGISTICA - GPMI -GT	444802830056-65
CASA ARAÇA	444802830057-46
CASA MARILIA	444802830058-27
CASA SOROCABA III	444802830060-41
CASA VILA DE SÃO VICENTE	444802830061-22
CASA ARARAQUARA	444802830062-03
CASA BAURU	444802830063-94
CASA TANABI	444802830064-75
CASA PIRITUBA	444802830065-56
CASA SERTÃOZINHO	444802830066-37
CASAS B.VISTA,ONIX,S.PAULO,V.GUILHER E M.COVAS	444802830067-18
SUBSEDE 1 - DR4 / CASA RIO DOURADO	444802830068-07
CASA DE SEMILIBERDADE GUARAREMA	444802830069-80
CASA DE SEMILIBERDADE ARARÉ	444802830070-13
CASA CARAGUATATUBA	444802830071-02
CASA GUARULHOS	444802830072-85
CASA DE SEMILIBERDADE CAETANOS ZONA NORTE	444802830073-66
CASA TRES RIOS	444802830074-47
CASA NOVA VIDA	444802830076-09
CASA VITÓRIA RÉGIA	444802830077-90
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS I	444802830078-70
CASA SOROCABA I - CASA SOROCABA II	444802830079-51
CASA SOROCABA IV	444802830081-76
CASA RIO TOCANTINS	444802830082-57
SEDE - DR3 / ALMOXARIFADO / UAISA	444802830083-38
CASA RIO TURIASSU	444802830084-19
CASA PRAIA GRANDE II	444802830085-08
CASA PRAIA GRANDE I	444802830087-61

CASA GUAYI	444802830089-23
CASA SÃO BERNARDO I e II	444802830090-67
CASA SERRA DA CANTAREIRA	444802830091-48
DRM V - GERENCIA DE MANUTENÇÃO	444802830093-00
CASA CHIQUINHA GONZAGA	444802830096-52
CASA OURO PRETO - CASA JOÃO DO PULO	444802830097-33
CASA OSASCO I - CASA OSASCO II	444802830099-03
CENTRO DE ATENDIMENTO INICIAL - CAI GAIVOTA	444802830101-54
CASA FRANCA - ARCEBISPO DOM HELDER CAMARA	444802830102-35
CASA RIO PIRACICABA	444802830104-05
CASA ALEXANDRE THOMÉ DE SOUZA - CASA MIRASSOL	444802830105-88
CASA DE SEMILIBERDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	444802830107-40
CASA ITAQUERA	444802830108-20
CAIP SÃO FRANCISCO	444802830109-01
CASA MAUÁ	444802830110-45
CASA DE BOTUCATU	444802830111-26
CASA ESCOLA RIO CLARO	444802830112-07
SUBSEDE - DR.3 / CASA TAMOIOS / C. SERRA DA MANTIQUEIRA	444802830113-98
CASA ARAÇATUBA	444802830114-79
CASA DE SEMILIBERDADE RIBEIRAO PRETO	444802830115-50
CASA TAUBATÉ	444802830116-30
CASA BATATAIS	444802830118-00
CASA DE SEMILIBERDADE DE JUNDIAÍ	444802830119-83
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS II	444802830120-17
SEDE - DR4 / UAISA / FROTA / ALMOXARIFADO / MANUTENCAO	444802830121-06
CASA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO	444802830122-89
CASA ESPERANÇA	444802830124-40
CASA PERUIBE	444802830125-21
CASAS FEM. CERQ. CESAR E ANITA GARIBALDI/CASA JOAO P II	444802830126-02
CASA CAMPINAS - CASA MAESTRO CARLOS GOMES	444802830127-93
CASA JACAREI	444802830128-74
CASA BRAGANÇA PAULISTA	444802830129-55
CASA ATIBAIA	444802830130-99
CASA IRAPURU I	444802830131-70
DIVISÃO REGIONAL OESTE - UAISAS	444802830132-50
CASA DE SEMILIBERDADE DE BAURU	444802830134-12
CASA ITAQUA	444802830135-01
CASA FEMININO DIADEMA	444802830136-84
CASA MADRE TERESA DE CALCUTA I/II	444802830137-65
SUBSEDE - DIVISAO REG. LITORAL E METROPOLITANA - DR2	444802830139-27
CASA LARANJEIRAS	444802830141-41
CASA ITANHAEM	444802830143-03
CASA LORENA	444802830145-75
CASA MONGAGUÁ	444802830146-56
CASA SÃO CARLOS	444802830147-37
CASA RUTH PISTORI	444802830151-13
CASA LIMEIRA	444802830152-02
CASA SANTO ANDRE I - CASA SANTO ANDRE II	444802830153-85
CASA SANTOS	444802830154-66
CASA DE SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	444802830155-47

CASA IRAPURU II	444802830156-28
CASA MORRO AZUL	444802830157-09
CAIP ANDORINHAS	444802830158-90
CASA PRESIDENTE BERNARDES	444802830159-70
CASA MOGI MIRIM	444802830160-04
SEDE DA DIVISAO REGIONAL LITORAL E METROPOLITANA - DR2	444802830161-95
CASA NELSON MANDELA	444802830165-19
CASA NOVO TEMPO	444802830164-38
DIVISAO REGIONAL METROPOLITANA CAPITAL - DRCAP	444802830166-08

Estudo Técnico Preliminar 148/2025

- 2.5.5** O compromisso institucional com a transparência e rastreabilidade dos fatos ocorridos nos centros, garantindo registros confiáveis e auditáveis que possam ser utilizados como prova em procedimentos internos e judiciais.
- 2.6** A contratação ora proposta contempla, portanto, não apenas a substituição contratual, mas também a modernização e expansão da infraestrutura de videomonitoramento da Fundação CASA, garantindo o alinhamento com as melhores práticas de segurança institucional e atendimento às normativas vigentes. Ademais, a escolha por empresa especializada assegura que os serviços prestados atendam aos requisitos técnicos, operacionais e legais exigidos para um sistema de alta criticidade como o CFTV institucional
- 2.7** Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo o planejamento da contratação de uma empresa terceirizada especializada para a locação e instalação de equipamentos de circuito fechado de televisão, conforme especificação, incluída a manutenção preventiva e corretiva visando a continuidade nas atividades de videomonitoramento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência de Segurança	Denis Batista Gomes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1** A presente contratação tem por objeto a locação de equipamentos, bem como a prestação de serviços técnicos especializados de instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de componentes com defeito e eventual ampliação do Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) instalado nas unidades da Fundação CASA do Estado de São Paulo e no Centro de Operações da Sede Administrativa, com o objetivo de garantir a continuidade, eficiência e modernização da infraestrutura de videomonitoramento institucional.
- 4.2** Considerando o encerramento do contrato atualmente vigente, e tendo em vista a inexistência de estrutura técnica e operacional interna para a execução direta das atividades, a nova contratação deverá assegurar:
- 4.2.1** Locação de equipamentos novos, não recondicionados, compatíveis com os padrões tecnológicos atuais do mercado, incluindo câmeras (analógicas, IPs e inteligentes), gravadores (DVRs/NVRs), monitores, fontes, conectores, switches, cabeamento e demais periféricos necessários à completa operação do sistema;
- 4.2.2** Instalação dos equipamentos conforme layout e planejamento definidos pela Fundação CASA, respeitando critérios de segurança, cobertura estratégica e especificidades de cada localidade;
- 4.2.3** Manutenção preventiva periódica, a ser realizada conforme cronograma previamente estabelecido, com o objetivo de preservar o funcionamento pleno do sistema, detectar falhas precoces e garantir a longevidade dos componentes;
- 4.2.4** Manutenção corretiva com prazos de atendimento e solução definidos, abrangendo substituição de equipamentos com defeito, ajustes técnicos e suporte técnico remoto e presencial, conforme o nível de criticidade da ocorrência;
- 4.2.5** Capacidade de ampliação do sistema de CFTV, mediante fornecimento adicional de equipamentos e serviços correlatos, com base em demandas pontuais e estratégicas da Fundação, observando o mesmo padrão tecnológico e de qualidade da contratação principal.
- 4.2.6** Compatibilidade com a estrutura de videomonitoramento centralizado na sede administrativa da Fundação CASA, garantindo que as imagens possam ser acessadas em tempo real e/ou armazenadas, com segurança, por equipe própria da instituição;

4.2.7 Treinamento e orientação técnica aos servidores designados pela Fundação CASA para operação básica do sistema, incluindo acesso remoto, consulta de imagens e manuseio de plataformas de software, quando aplicável;

4.2.8 Fornecimento de relatórios técnicos mensais e por ocorrência, contemplando as ações de manutenção realizadas, substituições efetuadas, disponibilidade do sistema e demais dados relevantes para o controle da gestão contratual;

4.2.9 Atendimento às normas técnicas aplicáveis, como as estabelecidas pela ABNT, bem como às disposições legais referentes à proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), segurança da informação e integridade dos registros eletrônicos.

4.2.10 Desmobilização de todo o sistema ao final do período contratual.

4.3 A execução dos serviços deverá garantir a alta disponibilidade do sistema de videomonitoramento, com padrão de qualidade compatível com as exigências de segurança institucional, apoio à fiscalização e suporte à apuração de ocorrências no âmbito da Fundação CASA.

4.4 Os padrões mínimos de qualidade na prestação dos serviços seguem as diretrizes estabelecidas no Volume 13 - Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica do CADTERC - Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados, destacando-se a necessidade de observância, pela contratada, dos seguintes aspectos:

4.4.1 Cumprimento integral dos serviços, de acordo com as especificações técnicas definidas no termo de referência, no edital e nos demais instrumentos que instruem a contratação;

4.4.2 Garantia de que a conduta dos profissionais da empresa contratada com o público atendido seja adequada, com os níveis de profissionalismo e postura compatíveis com as funções desempenhadas

4.4.3 Os funcionários da contratada devem sempre estar devidamente identificados, uniformizados e portando os equipamentos adequados à execução dos serviços;

4.4.4 A contratada deverá promover o gerenciamento adequado dos serviços, em conformidade com as especificações técnicas, mantendo-se uma supervisão periódica, com rigoroso cumprimento às obrigações trabalhistas inerentes à contratação e com atendimento às solicitações da Fundação CASA-SP enquanto contratante.

Cooperativas

4.5 Não há elementos que indiquem prejuízo ao cumprimento das obrigações contratuais em caso de participação de cooperativas, conforme disposto no art. 1º, §1º, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, atualizado pelo Decreto nº 57.159/2011.

Consórcios

4.6 Não se identificam impedimentos à participação de consórcios na licitação, dentro dos limites legais. Do mesmo modo, não há necessidade de fixação de percentuais específicos para qualificação econômico-financeira, devendo ser observado o percentual mínimo de 10% (dez por cento), conforme art. 15, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcontratação

4.7 Para a contratação pretendida, não se vislumbra a necessidade ou a conveniência de que se permita a subcontratação. Trata-se de serviços cuja prestação apresenta característica homogênea. Assim, posicionamo-nos pela vedação à subcontratação, que não traria qualquer benefício quanto à ampliação do universo de licitantes, ao mesmo em que, caso admitida, poderia potencialmente causar prejuízo aos objetivos almejados com a contratação.

Garantia Contratual

4.8 Nos termos dos arts. 96 a 100 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual visa assegurar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, proteger a Administração contra eventuais inadimplementos e permitir atuação célere em casos de descumprimento contratual. Considerando tratar-se de prestação continuada de serviços com potencial

impacto na regularidade operacional da unidade contratante, a exigência de garantia mostra-se justificada como medida de mitigação de riscos. O percentual de **5%** do valor anual do contrato foi definido com base em critérios de proporcionalidade e razoabilidade, nos termos do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Econômico-financeira e Técnica

4.9 Dada a natureza contínua dos serviços e os requisitos técnicos necessários à sua execução, mostra-se necessária a exigência de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica para garantir o cumprimento do objeto contratual e minimizar riscos de inadimplemento.

Qualificação Econômico-financeira

4.10 A exigência de índices econômico-financeiros é medida de prudência administrativa, respaldada na legislação vigente, com o objetivo de mitigar riscos e proteger o erário. Os indicadores contábeis aplicáveis ao segmento em questão refletem adequadamente a capacidade da empresa em executar o objeto, observando os princípios da eficiência e segurança administrativa.

Qualificação técnica

Vistoria Prévia

4.11 Deve ser exigida declaração de que o licitante tomou conhecimento das condições locais para execução dos serviços, assegurando-lhe o direito de realizar vistoria prévia, se assim desejar. Alternativamente, admite-se declaração formal do responsável técnico do licitante atestando ciência das condições e peculiaridades da contratação. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

Outras comprovações

4.12 Declaração subscrita por representante legal da licitante, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, a relação dos profissionais (função, especialidade e quantidade) que comporão a equipe de execução dos trabalhos e a indicação do responsável técnico pelos serviços de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos, necessariamente engenheiro com habilitação legal na especialidade que compõe o escopo principal da futura contratação, sendo que engenheiro(s) indicado(s) não registrado(s) no Estado de São Paulo deverá(ão) apresentar Certidão de Registro do profissional visada(s) pelo CREA-SP – 6ª Região, autorizando-o(s) ao exercício da atividade nesta Região, nos termos do artigo 58 da Lei Federal nº 5.194/1966.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foram identificadas as seguintes possíveis soluções para a presente demanda:

SOLUÇÃO 1

5.1.1 Execução Direta pela Fundação CASA.

5.1.1.1 A própria Fundação realizaria a aquisição dos equipamentos e a execução das atividades de instalação e manutenção com equipe interna.

5.1.1.2 Análise:

5.1.1.2.1 A Fundação não dispõe atualmente de equipe técnica especializada em sistemas de CFTV para realizar instalação, manutenção e operação do sistema de forma eficaz e segura;

5.1.1.2.2 Seria necessário realizar concurso público ou contratação de pessoal especializado, com tempo e custo elevado;

5.1.1.2.3 A aquisição direta de equipamentos exigiria investimento inicial elevado e constante atualização tecnológica, o que implicaria custos adicionais ao longo do tempo;

5.1.1.2.4 A responsabilidade por eventuais falhas e indisponibilidades recairia exclusivamente sobre a Administração, aumentando o risco operacional.

5.1.1.3 Conclusão

5.1.1.3.1 Alternativa inviável, tanto do ponto de vista estrutural quanto orçamentário.

SOLUÇÃO 2

5.1.2 Aquisição de Equipamentos com Contrato Separado de Manutenção.

5.1.2.1 A Fundação compraria os equipamentos e contrataria separadamente empresa especializada para serviços de manutenção e suporte técnico.

5.1.2.2 Análise:

5.1.2.2.1 A aquisição direta envolve investimento inicial elevado e expõe a Administração à rápida obsolescência dos equipamentos;

5.1.2.2.2 Exige uma logística complexa de armazenagem, controle patrimonial e reposição de peças;

5.1.2.2.3 A contratação separada de manutenção pode gerar conflitos de responsabilidade entre fornecedores em caso de falhas;

5.1.2.2.4 A gestão fragmentada da solução compromete a eficiência e a rastreabilidade dos serviços prestados.

5.1.2.3 Conclusão:

5.1.2.3.1 Alternativa menos eficiente, com maior risco de descontinuidade e custos administrativos elevados.

SOLUÇÃO 3

5.1.3 Contratação de Empresa Especializada em Locação com Instalação, Manutenção e Suporte

5.1.3.1 Contratação de empresa especializada para fornecer solução integrada de locação dos equipamentos, com instalação, manutenção preventiva e corretiva, e possibilidade de ampliação da estrutura conforme necessidade da Fundação.

5.1.3.2 Análise:

5.1.3.2.1 Permite acesso contínuo a equipamentos atualizados, com menor impacto orçamentário, por meio de pagamentos mensais previsíveis;

5.1.3.2.2 Responsabiliza o fornecedor pela integridade e pleno funcionamento do sistema, com prazos definidos de atendimento e suporte;

5.1.3.2.3 Elimina a necessidade de aquisição, controle patrimonial e gestão direta dos ativos de TI e segurança;

5.1.3.2.4 Possibilita flexibilidade e agilidade na ampliação ou substituição de componentes, conforme necessidades operacionais;

5.1.3.2.5 O modelo já é praticado com sucesso em diversos contratos similares, no setor público e privado.

5.1.3.3 Conclusão: Melhor solução identificada, por aliar eficiência técnica, controle de custos, agilidade operacional e mitigação de riscos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A contratação pretendida visa o atendimento das localidades identificadas abaixo:

Nº	Localidade	Modelo	Regional	Endereço
1	CAIP ANDORINHAS	T - 40	DR3	Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº - Vila San Martin, Campinas/SP - CEP 13069-096 E-MAIL: casaandorinhas@fundacaocasa.sp.gov.br
2	CAIP JACARANDÁ	ÚNICO	DR3	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre - Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340 E-MAIL: casajacaranda@fundacaocasa.sp.gov.br
3	CAIP SÃO FRANCISCO	T-150	DRCAP	Avenida das Nações Unidas, 1233 - Vila Leopoldina - São Paulo / SP - CEP 05310-000 E-MAIL: drcap@fundacaocasa.sp.gov.br
4	CASA ARAÇA	T-1	DR4	Estrada do Goulart, Km 1,45 – Bairro Fazenda do Estado - Araçatuba/SP - CEP 16060-280 E-MAIL: casaaraca@fundacaocasa.sp.gov.br
5	CASA ARAÇATUBA	T - 40	DR4	Estrada do Goulart, s/nº - Bairro Santa Luzia - Araçatuba/SP - CEP: 16011-073 E-MAIL: casaaracatuba@fundacaocasa.sp.gov.br
6	CASA ARARAQUARA	T-1	DR4	Rua José Gorla, 145 - Condominio Satélite - Araraquara/SP - CEP: 14808-585 E-MAIL: casaararaquara@fundacaocasa.sp.gov.br
7	CASA ATIBAIA	T - 40	DR2	Rodovia Fernão Dias – Km 27 + 300m – Bairro Tanque, Atibaia/SP - CEP 12954-000 E-MAIL: casaatibaia@fundacaocasa.sp.gov.br

8	CASA BAURU	T-1	DR4	Av. Lucio Luciano, Km 231 - Núcleo Residencial Presidente Geisel - Bauru/SP - CEP: 17033-530 E-MAIL: casabauru@fundacaocasa.sp.gov.br
9	CASA BELA VISTA	ÚNICO	DRCAP	Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 – Vila Maria – São Paulo / SP - CEP 03074-000 E-MAIL: casabelavista@fundacaocasa.sp.gov.br
10	CASA BOTUCATU	T - 40	DR4	Av. José Ítalo Bacchi, s/nº - Jardim Aeroporto - Botucatu/SP - CEP: 18606-851 E-MAIL: casabotucatu@fundacaocasa.sp.gov.br
11	CASA CAMPINAS	T - 40	DR3	Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº, Vila San Martin - Campinas/SP - CEP 13069-096 E-MAIL: casacampinas@fundacaocasa.sp.gov.br
12	CASA CANDIDO PORTINARI	T - 40	DR4	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto – Km 2 – Zona Rural - Ribeirão Preto / SP - CEP: 14034-000 E-MAIL: casacportinari@fundacaocasa.sp.gov.br
13	CASA CARAGUATATUBA	T - 40	DR2	Estrada Pirassununga, nº 600 - Bairro Rio Claro - Caraguatatuba / SP - CEP 11660-971 E-MAIL: casacaraguatatuba@fundacaocasa.sp.gov.br
14	CASA CHIQUINHA GONZAGA	ÚNICO	DRCAP	Rua Japuruchita, 300 – Mooca - São Paulo/SP CEP 03128-070 E-MAIL: casacgonzaga@fundacaocasa.sp.gov.br
15	CASA ESPERANÇA	T - 40	DR2	Rodovia Gladys Bernardes Minhoto - SP 129 Km 63 - Vila Belo Horizonte - Itapetininga/SP - CEP: 18211-265 E-MAIL: casaesperanca@fundacaocasa.sp.gov.br
16	CASA FEMININO ANITA GARIBALDI	T - 40	DR4	Rodovia Salim Antônio Curiati - Km 21+500 m – SP 245 – Cerqueira César/SP - CEP 18769-899 E-MAIL: casaagaribaldi@fundacaocasa.sp.gov.br
17	CASA FEMININO CERQUEIRA CESAR	T - 40	DR4	Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21+500 m – SP 245 - Cerqueira César/SP - CEP 18769-899 E-MAIL: casacerqueiracesar2@fundacaocasa.sp.gov.br
18	CASA FEMININO DIADEMA	T - 40	DR2	Avenida Antônio Piranga, nº 1500 – Centro – Diadema / SP - CEP 09911-160 E-MAIL: casadiadema@fundacaocasa.sp.gov.br
				Av. Dr. Sidney Romeu de Andrade, s/nº - Jardim Marambaia (atrás do Internacional Futebol Club)

19	CASA FRANCA	2 PRÉDIOS	DR4	Franca / SP - CEP: 14409-652 - E-MAIL: casafranca@fundacaocasa.sp.gov.br
20	CASA GOVERNADOR MÁRIO COVAS	ÚNICO	DRCAP	Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 - Vila Maria - São Paulo/SP - CEP 03074-000 E-MAIL: casagovmariocovas@fundacaocasa.sp.gov.br
21	CASA GUARUJÁ	2 PRÉDIOS	DR2	Av. Adhemar de Barros, 571, Vila Santo Antônio - Guarujá-SP, CEP 11430-000 E-MAIL: casaguaruja@fundacaocasa.sp.gov.br
22	CASA GUARULHOS	T - 40	DRCAP	Rua Ministro Hipólito, nº 3650 (ao lado do PANCO) Cidade Aracília - altura do Km 206 da BR 101 Rodovia Presidente Dutra - Guarulhos/SP - CEP: 07250-010 - E-MAIL: casaguarulhos@fundacaocasa.sp.gov.br
23	CASA GUAYI	T - 40	DR2	Rua Ministro Hipólito, nº 3700 (ao lado do PANCO) Cidade Aracília - altura do Km 206 da BR 101 Rodovia Presidente Dutra - Guarulhos / SP - CEP: 07250-010 - E-MAIL: casaguayi@fundacaocasa.sp.gov.br
24	CASA IRAPURU 1	T - 40	DR4	Estrada Municipal 3 (IRU), Km 6, Bairro Patury (lado direito), Irapuru/SP - CEP 17880-000 E-MAIL: casairapuru1@fundacaocasa.sp.gov.br
25	CASA IRAPURU 2	T - 40	DR4	Estrada Municipal 3 (IRU) - Km 6, Bairro Patury (lado direito) Irapuru/SP - CEP: 17880-000 E-MAIL: casairapuru2@fundacaocasa.sp.gov.br
26	CASA ITAPARICA	ÚNICO	DRCAP	Rua Domingos Paiva, 618 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043-070 E-MAIL: casaitaparica@fundacaocasa.sp.gov.br
27	CASA ITAQUA	T - 40	DR2	Estrada Pedro da Cunha Albuquerque Lopes, 3367 Bairro Perobal - Itaquaquecetuba SP - CEP: 08584-584 E-MAIL: casaitaqua@fundacaocasa.sp.gov.br
28	CASA ITAQUERA	T-150	DRCAP	Avenida Miguel Ignácio Curi, nº 1311 – Itaquera - São Paulo / SP - CEP 08295-005 E-MAIL: casaitaquera@fundacaocasa.sp.gov.br
29	CASA JACAREÍ	T - 40	DR2	Rodovia Presidente Dutra - Km 173 Bairro Chácaras Reunidas - Igarapés - Jacareí /SP - CEP: 12330-280 E-MAIL: casajacarei@fundacaocasa.sp.gov.br

30	CASA JOÃO DO PULO	ÚNICO	DRCAP	Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4210 - Vila Maria - São Paulo /SP- CEP 02170-000 E-MAIL: casajoaodopulo@fundacaocasa.sp.gov.br
31	CASA JOÃO PAULO II	T - 40	DR4	Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21+500 m – SP 245 - Cerqueira César/SP - CEP 18769-899 E-MAIL: casajoaopauloii@fundacaocasa.sp.gov.br
32	CASA JUQUIÁ	ÚNICO	DRCAP	Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP 03043-050 E-MAIL: casajuquia@fundacaocasa.sp.gov.br
33	CASA LARANJEIRAS	T - 40	DR3	Rodovia Wilson Finardi SP 191 Km 7 + 817 metros - Mogi Mirim / SP - CEP 13800-970 E-MAIL: casalaranjeiras@fundacaocasa.sp.gov.br
34	CASA LIMEIRA	T - 40	DR3	Rodovia Anhanguera – SP 330 – Km 138 – Jardim Olga Veroni - Limeira/SP - CEP 13487-170 E-MAIL: casalimeira@fundacaocasa.sp.gov.br
35	CASA LORENA	T - 40	DR2	Estrada Chiquito de Aquino, Km 002 + 100 m - Santa Lucrecia – Lorena / SP – CEP 12612-550 E-MAIL: casalorena@fundacaocasa.sp.gov.br
36	CASA MAESTRO CARLOS GOMES	T - 40	DR3	Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº - Vila San Martin - Campinas / SP - CEP 13069-096 E-MAIL: casamcgomes@fundacaocasa.sp.gov.br
37	CASA MANACA DA SERRA	INTERNATO	DR3	Rua Marcus Vinicius Donadel Góes, nº 100 - Franco da Rocha /SP - CEP 07859-380 E-MAIL: casamanacadaserri@fundacaocasa.sp.gov.br
38	CASA MARÍLIA	T-1	DR4	Rodovia SP 333, Km 343 - Marília - SP CEP: 17500-970 E-MAIL: casamarilia@fundacaocasa.sp.gov.br
39	CASA MAUÁ	T - 40	DR2	Avenida Papa João XXIII, nº 3741 – Vila Noêmia – Mauá / SP CEP 09370-800 E-MAIL: casamaua@fundacaocasa.sp.gov.br
40	CASA MOGI MIRIM	T - 40	DR3	Rodovia Wilson Finardi SP 191 Km 7 + 817 metros - Mogi Mirim / SP - CEP 13800-970 E-MAIL: casamogimirim@fundacaocasa.sp.gov.br

41	CASA MONGUAGÁ	T - 40	DR2	Avenida dos Mariscos, s/nº - Balneário Cavalo Marinho - Mongaguá / SP - CEP 11730-000 E-MAIL: casamongagua@fundacaocasa.sp.gov.br
42	CASA MORRO AZUL	T - 40	DR3	Rodovia Anhanguera – SP 330 – Km 138 – Jardim Olga Veroni - Limeira/SP - CEP 13487-170 E-MAIL: casamorroazul@fundacaocasa.sp.gov.br
43	CASA NELSON MANDELA	T - 40	DR4	Avenida Lúcio Luciano, Km 231 (SP 225) - Bairro Núcleo Residencial Presidente Geisel Bauru / SP - CEP: 17033-530 - E-MAIL: casanmandela@fundacaocasa.sp.gov.br
44	CASA NOVA VIDA	T-2	DRCAP	Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4222 - Vila Maria - São Paulo /SP CEP: 02170-000 E-MAIL: casanovavida@fundacaocasa.sp.gov.br
45	CASA NOVO TEMPO	T - 40	DR3	Estrada do Governo, s/nº - Pouso Alegre - Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340 E-MAIL: casanovotempo@fundacaocasa.sp.gov.br
46	CASA ÔNIX	T-150	DRCAP	Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 – Vila Maria – São Paulo / SP - CEP 03074-000 E-MAIL: casaonix@fundacaocasa.sp.gov.br
47	CASA OSASCO 1	T - 40	DR2	Rua José Pascowitch nº 100 Chácara Everest, altura do KM 21,5 da Rodovia Raposo Tavares Osasco SP - CEP 06149-070 - E-MAIL: casaosasco1@fundacaocasa.sp.gov.br
48	CASA OSASCO 2	T - 40	DR2	Rua José Pascowitch nº 100 Chácara Everest, altura do KM 21,5 da Rodovia Raposo Tavares Osasco SP - CEP 06149-070 - E-MAIL: casaosasco2@fundacaocasa.sp.gov.br
49	CASA OURO PRETO	ÚNICO	DRCAP	Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4210 - Vila Maria - São Paulo /SP CEP 02170-000 E-MAIL: casaouropreto@fundacaocasa.sp.gov.br
50	CASA PERUÍBE	T - 40	DR2	Rua 2, nº 141, Estância Pérola Negra -Peruíbe - SP - CEP 11773-812 E-MAIL: casaperuibe@fundacaocasa.sp.gov.br
51	CASA PIRITUBA	T-1	DRCAP	Rua Stefano Mauser, 661 – Chácara Paraíso – Pirituba – São Paulo – SP – CEP: 05175-200 E-MAIL: casapirituba@fundacaocasa.sp.gov.br

52	CASA PRAIA GRANDE 1	T - 40	DR2	Rua Cinco, nº 21 – Bairro Ribeirópolis – Praia Grande / SP CEP 11714-110. E-MAIL: casapraiagrande1@fundacaocasa.sp.gov.br
53	CASA PRAIA GRANDE 2	T - 40	DR2	Rua Cinco, nº 21 – Bairro Ribeirópolis – Praia Grande / SP CEP 11714-110. E-MAIL: casapraiagrande2@fundacaocasa.sp.gov.br
54	CASA RIBEIRÃO PRETO	T-2	DR4	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - RIBEIRÃO PRETO - SP CEP: 14034-000 E-MAIL: casaribeiraopreto@fundacaocasa.sp.gov.br
55	CASA RIO DOURADO	T-2	DR4	Estrada do Sabino, Km 2 (Rodovia David Eid) - Lins/SP CEP: 16400-970 E-MAIL: casariodourado@fundacaocasa.sp.gov.br
56	CASA RIO PARANÁ	ÚNICO	DRCAP	Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP 03043- 050 E-MAIL: casarioparana@fundacaocasa.sp.gov.br
57	CASA RIO PARDO	T-1	DR4	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - Ribeirão Preto / SP CEP: 14034-000 E-MAIL: casariopardo@fundacaocasa.sp.gov.br
58	CASA RIO PIRACICABA	2 PRÉDIOS	DR3	Rodovia SP 147 Km 138,5 - Bairro Vila Areão - Piracicaba / SP - CEP 13414-020 E-MAIL: casariopiracicaba@fundacaocasa.sp.gov.br
59	CASA RIO TÂMISA	ÚNICO	DRCAP	Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043- 050 E-MAIL: casariotamisa@fundacaocasa.sp.gov.br
60	CASA RIO TURIASSU	ÚNICO	DRCAP	Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043- 050 E-MAIL: casarioturiassu@fundacaocasa.sp.gov.br
61	CASA SANTO ANDRÉ 1	T - 40	DR2	Avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, nº 193 - Vila Guiomar Santo André SP - CEP 09090-480 E-MAIL: casasantandre1@fundacaocasa.sp.gov.br
62	CASA SANTO ANDRÉ 2	T - 40	DR2	Avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, nº 221 - Vila Guiomar Santo André SP - CEP 09090-480 E-MAIL: casasantandre2@fundacaocasa.sp.gov.br
63	CASA SÃO BERNARDO 1	T - 40	DR2	Rua Domingos Potomati, nº 1040 – Bairro Batistini - São Bernardo do Campo / SP- CEP 09842-025 E-MAIL: casasbcampo@fundacaocasa.sp.gov.br

64	CASA SÃO CARLOS	T - 40	DR4	Av. Ayrton Salvador Leopoldino Junior, s/nº loc. 110 - Chácara 048 – Bairro Conjunto Habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho - São Carlos/SP – CEP 13570-829 - E-MAIL: casasaocarlos@fundacaocasa.sp.gov.br
65	CASA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	T-1	DR4	Rodovia Delcio Custodio da Silva, Km 3,5 - Fazenda São Pedro - São José do Rio Preto/SP CEP: 15048-000 CX Postal 632- E-MAIL: casasjrpreto@fundacaocasa.sp.gov.br
66	CASA SÃO PAULO	T-150	DRCAP	Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 – Vila Maria – São Paulo / SP - CEP 03074-000. E-MAIL: casasaopaulo@fundacaocasa.sp.gov.br
67	CASA SERRA DA CANTAREIRA	T - 40	DRCAP	Rua Ministro Hipólito, nº 3750 (ao lado do PANCO) Cidade Aracília - altura do Km 206 da BR 101 Rodovia Presidente Dutra - Guarulhos / SP CEP: 07250-010 E-MAIL: casaserradacantareira@fundacaocasa.sp.gov.br
68	CASA SERRA DA MANTIQUEIRA	T-1	DR2	Rodovia dos Tamoios, KM 12, Bairro da Pernambucana - São José dos Campos / SP - CEP 12228-845 E-MAIL: casaserradamantiqueira@fundacaocasa.sp.gov.br
69	CASA SERTÃOZINHO	T-1	DR4	Rodovia Carlos Tonani SP 333 Km, 92 Chácara Boa Vista - Sertãozinho / SP CEP:14160-970 E-MAIL: casasertaozinho@fundacaocasa.sp.gov.br
70	CASA SOROCABA 1	T - 40	DR2	Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 550/560 Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP - CEP 18087-210 E-MAIL: casasorocaba1@fundacaocasa.sp.gov.br
71	CASA SOROCABA 2	T - 40	DR2	Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 550/560 - Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP - CEP 18087-210 E-MAIL: casasorocaba2@fundacaocasa.sp.gov.br
72	CASA SOROCABA 3	T-1	DR2	Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 570 – Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP - CEP 18087-210 E-MAIL: casasorocaba3@fundacaocasa.sp.gov.br
73	CASA SOROCABA 4	ÚNICO	DR2	Avenida Doutor Antonio de Souza Netto, 200 - Bairro Aparecidinha - SOROCABA SP - CEP: 18087-210 E-MAIL: casasorocaba4@fundacaocasa.sp.gov.br
74	CASA TAMOIOS	T-1	DR2	Rodovia dos Tamoios, Km 12 Bairro da Pernambucana - São José dos Campos / SP - CEP: 12228-845 E-MAIL: casatamoios@fundacaocasa.sp.gov.br

75	CASA TAPAJÓS	ÚNICO	DR3	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre - Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340 E-MAIL: casatapajos@fundacaocasa.sp.gov.br
76	CASA TAUBATÉ	T - 40	DR2	Avenida Amador Bueno da Veiga, nº 5050 - Km. 138.5 - (Rodovia SP 091 Km 138 + 600m), Bairro Jd. Jaraguá Taubaté / SP - CEP 12062-400 - E-MAIL: casataubate@fundacaocasa.sp.gov.br
77	CASA TERRA NOVA	INTERNATO	DRCAP	Rua Zaire, 208 - Bairro Jardim Adriane - Itaquaquecetuba / SP - CEP: 08598-740 E-MAIL: casaterranova@fundacaocasa.sp.gov.br
78	CASA TOPÁZIO	ÚNICO	DRCAP	Rua Domingos Paiva, 618 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043-070 E-MAIL: casatopazio@fundacaocasa.sp.gov.br
79	CASA TRÊS RIOS	T-2	DR4	Estrada Vicinal Jair Gilberto Campana , Km 2 - Iaras/ SP - CEP 18779-899. E-MAIL: casatresrios@fundacaocasa.sp.gov.br
80	CASA VILA DE SÃO VICENTE	T-1	DR2	Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, SN - FCASA - Km 67 - Área Continental - Bairro Jardim Samaritá - São Vicente - SP, CEP 11346-300 - E-MAIL: casasaovicente@fundacaocasa.sp.gov.br
81	CASA VILA GUILHERME	ÚNICO	DRCAP	Av. Condessa Elizabeth de Robiano, 450 - Vila Maria - São Paulo/SP - CEP: 03074-000 E-MAIL: casavguilherme@fundacaocasa.sp.gov.br
82	CASA VITÓRIA RÉGIA	T-1	DR4	Rodovia David Eid, Km 1,5 Lins/SP - CEP: 16401-490 E-MAIL: casavitoriaregia@fundacaocasa.sp.gov.br
83	COMPLEXO BRÁS (CEL MURSA)	COMPLEXO	DRCAP	Rua Coronel Mursa, 270 – Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043-050 E-MAIL: drcap@fundacaocasa.sp.gov.br
84	COMPLEXO FRANCO DA ROCHA	COMPLEXO	DR3	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre - Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340 E-MAIL: drmc@fundacaocasa.sp.gov.br
85	COMPLEXO VILA MARIA	COMPLEXO	DRCAP	Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 - Vila Maria - São Paulo/SP - CEP 03074-000 E-MAIL: drcap@fundacaocasa.sp.gov.br
86	DPIL - ALMOXARIFADO CENTRAL	ADM	SEDE	Rua Isidoro Matheus, 316 - Vila Maria - São Paulo / SP - CEP 02113-004 E-MAIL: gtrans@fundacaocasa.sp.gov.br

87	DR4 - ALMOXARIFADO RIBEIRÃO PRETO	ADM	DR4	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - Ribeirão Preto / SP - CEP 14001-970 E-MAIL: drn@fundacaocasa.sp.gov.br
88	DR4 - ALMOXARIFADO LINS	ADM	DR4	Estrada do Sabino, Km 2 (Rodovia David Eid) - Lins / SP - CEP 16400-970 E-MAIL: dro@fundacaocasa.sp.gov.br
89	GTRANS	ADM	SEDE	Rua Isidoro Matheus, 316 - Vila Maria - São Paulo / SP - CEP 02113-004 E-MAIL: gtrans@fundacaocasa.sp.gov.br
90	SEDE	ADM	SEDE	Rua Florêncio de Abreu, 848 – Luz - São Paulo/SP - CEP: 01030-001 E-MAIL: admsupseg@fundacaocasa.sp.gov.br

Considerações Preliminares

6.2 Em conformidade com o artigo 2º e parágrafo único do Decreto Municipal de São Paulo nº 43.236, de 22 de maio de 2003, que regulamenta a Lei Municipal nº 13.541, de 24 de março de 2003, nos ambientes internos ou externos localizados no município de São Paulo, controlados por câmeras de vídeo, deverão ser afixadas placas informativas com o seguinte dizer:

“O AMBIENTE ESTÁ SENDO FILMADO.

AS IMAGENS SÃO CONFIDENCIAIS E PROTEGIDAS NOS TERMOS DA LEI”

6.3 As placas deverão ser afixadas de maneira a permitir sua perfeita visualização pelo público, nos pontos de entrada e de saída dos ambientes, e ter as seguintes características:

I. Dimensões mínimas de 30 (trinta) por 30 (trinta) centímetros;

II. Letras grafadas na cor preta sobre fundo amarelo.

Observação: Embora a legislação seja específica para o município de São Paulo, a sua utilização é recomendada para os demais municípios.

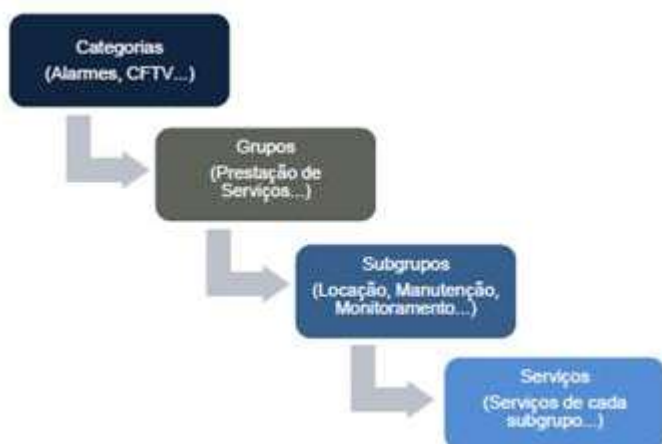
Especificações Técnicas - Categoria II – Circuito Fechado de Televisão CFTV - Grupos: II.1, II.2, II.3, II.4, II.5, II.6, II.7, II.8, II.9 E II.10

6.4 Circuito fechado de televisão (CFTV) é o conjunto de equipamentos destinados a captar imagens de determinado ambiente, permitindo sua visualização remota, gravação ou transmissão. Existe uma grande variedade de equipamentos utilizados no sistema de circuito fechado de televisão e sua utilização varia de acordo com necessidade, recurso financeiro e adequação ao projeto. Nos editais de sistemas de CFTV deverão ser contemplados os equipamentos listados neste volume. Outras soluções somente poderão ser consideradas mediante prévia justificativa, anteriormente à elaboração do edital e apresentação de projeto.

Especificações Técnicas Particulares de cada categoria

6.5 A figura a seguir demonstra a estrutura de ramificação dos serviços de vigilância eletrônica.

Figura: Mapa dos níveis das categorias, dos grupos, dos subgrupos e dos tipos de serviços



Fonte: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica – Vol. 13.

Categoria II – CFTV (Circuito Fechado de Televisão)

Objeto da Prestação dos Serviços

6.6 Prestação de serviços de instalação, locação e manutenção de conjunto de instalações, equipamentos e software (sistema informatizado) necessários e suficientes para o funcionamento de um circuito fechado de televisão [CFTV-Convencional (Digital) e IP] para futuro monitoramento, conforme especificações e níveis de serviço estabelecidos, visando a efetiva cobertura das áreas que integram o escopo da contratação

Descrição dos Serviços

6.7 A prestação deste serviço será realizada por meio de locação e instalação de equipamentos de circuito fechado de televisão, conforme especificação, incluída as manutenções preventiva e corretiva.

6.8 Os grupos e os subgrupos de serviços que compõem toda a Categoria II – Circuito Fechado de Televisão são desmembrados conforme descrito nas Instruções Gerais. O quadro-resumo a seguir demonstra a categoria desagregada.

Quadro: Discriminação da Categoria II de Circuito Fechado de Televisão em grupos e subgrupos

<p>Categoria II – CFTV (Circuito Fechado de Televisão)</p>	
<p>Grupos e subgrupos de serviços</p>	
<p>▪ II.1 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Convencional (Digital)</p>	

- II.1.1 – Locação de Central de Monitoramento Local – Convencional (Digital)
- II.1.2 – Locação de dispositivo de Sistema de CFTV – Convencional (Digital) – 720p
- II.1.3 – Locação de dispositivo de Sistema de CFTV – Convencional (Digital) – 1080p
- II.1.4 – Locação de dispositivo de Sistema de CFTV – Convencional (Digital) – 4k ou superior
- II.2 – Prestação de Serviços de Estação de Visualização para CFTV
 - II.2.1 – Locação de Estação de Visualização de CFTV
- II.3 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Sistema IP
 - II.3.1 – Locação de Central de Monitoramento Local – Sistema IP
 - II.3.2 – Locação de Software e Licenças de Gerenciamento de Imagens para Sistema IP de CFTV
- II.4 – CFTV Convencional ou IP – Central de Monitoramento Remoto (Estação de Trabalho)
 - II.4.1 – Locação de Central de Monitoramento Remoto de CFTV Convencional ou IP
- II.5 – Prestação de Serviços de Acessórios e Conversores para CFTV Convencional (Digital)/Sistema IP
 - II.5.1 – Locação de Acessórios de CFTV Digital/IP
 - II.5.2 – Locação de Acessórios de CFTV Digital
 - II.5.3 – Locação de Acessórios de CFTV IP
 - II.5.4 – Locação de Acessórios de CFTV IP-PoE
- II.6 – Prestação de Serviços de Câmeras de CFTV digital
 - II.6.1 – Locação de Câmera 720p
 - II.6.2 – Locação de Câmera 1080p
 - II.6.3 – Locação de Câmera 4k ou Superior
- II.7 – Prestação de Serviços de Câmeras de CFTV Sistema IP
 - II.7.1 – Locação de Câmera – IP 1MP
 - II.7.2 – Locação de Câmera – IP 2 a 3 Megapixels (full HD)
 - II.7.3 – Locação de Câmera – IP 4k ou Superior
 - II.7.4 – Locação de Câmera – IP 1 MP – PoE
 - II.7.5 – Locação de Câmera – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) – PoE
 - II.7.6 – Locação de Câmera – IP 4k ou Superior – PoE
- II.8 – Prestação de Serviços de Postes Galvanizados
 - II.8.1 – Locação de Postes Galvanizados a Quente
- II.9 – Prestação de Serviços de Monitoramento e Gerenciamento Remoto e Local de Imagens CFTV

- II.9.1 – Serviço de Monitoramento Remoto de CFTV
- II.9.2 – Serviço de Monitoramento Local de CFTV – Vigilante Desarmado Diurno
- II.9.3 – Serviço de Monitoramento Local de CFTV – Vigilante Desarmado Noturno
- II.10 – Prestação de Serviços de Manutenção de CFTV
 - II.10.1 – Manutenção de CFTV Convencional, IP e IP – PoE

Fonte: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica – Vol. 13 – Jan/2023

6.9 Para os Grupos II.1 a II.8, ressalta-se os seguintes pontos:

- É de responsabilidade da Contratada a implementação total do sistema, incluindo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, instrumentos, software e outros componentes necessários para seu pleno funcionamento. Inclui os serviços de adequação de equipamentos, de montagem, de instalação e testes.

6.10 No caso do Grupo II.9, é adicionada a seguinte informação:

- Prestação de serviços de monitoramento remoto das áreas que integram o escopo da contratação a partir de central própria, especificamente instalada com este objetivo — de um sistema de equipamentos eletrônicos especialmente desenvolvidos para este fim, incluindo o acompanhamento permanente de violações, intrusões e outras ocorrências, tomando as providências contratadas, de acordo com as melhores práticas vigentes de segurança.

6.11 Fechando o sistema de CFTV, cabe a seguinte informação referente ao **Grupo II.10**:

- No caso da existência de contrato de locação, recomenda-se que a manutenção fique a cargo do proprietário locador. A contratação dos grupos de manutenção, em separado, deverá ocorrer apenas nos casos em que o Contratante já possuir os equipamentos de vigilância eletrônica incorporados a seu patrimônio.

Especificações Técnicas Mínimas das Configurações dos Equipamentos e Soluções

6.12 As especificações técnicas descrevem todos os tipos de serviços inclusos em cada subgrupo dentro da Categoria II – Circuito Fechado de Televisão (CFTV), bem como os recursos técnicos mínimos necessários para sua execução e funcionamento.

6.13 Os quadros a seguir resumem os tipos de serviços que fazem parte de cada subgrupo dentro da Categoria II e os recursos técnicos mínimos necessários para a prestação do serviço:

6.13.1 Prestação de Serviços de Estação de Visualização para CFTV

Quadro: Especificações técnicas mínimas para Categoria II de CFTV no grupo de Prestação de Serviços de Estação de Visualização para CFTV

II.2 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Convencional (Digital)		
Código do Serviço	Descrição dos Serviços	Recursos Técnicos Mínimos

II.2.1.1.L	Estação de visualização de CFTV	<p><u>Monitor de LCD ou LED 21,5"</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Resolução 1280 x 1024 75 Hz e base giratória. <p><u>PC com teclado, mouse, sistema operacional, software de monitoramento remoto totalmente em português:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ No mínimo processador Intel I3 com 3.4 GHz, mínimo de 4GB de RAM e HD com no mínimo 320GB, DVD-RW, Sistemas Operacionais (conforme padrão adotado pelo Contratante): Windows 7, Windows 8.8.1 ou superior, ou Linux, placa de rede Ethernet 10/100/1000 integrada, gabinete tipo torre, mouse e teclado PT-BR; ▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica, com utilização de bateria adicional acoplada; ▪ Entrada de energia: tensão nominal 110 ou 220 volts; ▪ Saída de energia: tensão nominal de 115 volts e frequências de 60 Hz; ▪ Painel frontal com botões e comando de liga e desliga; ▪ Painel traseiro: saída para no mínimo 4 tomadas e conexão USB; ▪ Estabilizador de linha; e ▪ Proteção contra subtensão, sobretensão e curto-circuito. <p><u>Bateria 12 volts/18 Ah:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bateria selada; ▪ Entrada de energia de 12 volts; ▪ Capacidade nominal de corrente de 18 Ah; ▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica; e ▪ Compatibilidade de integração com nobreak com potência de até 1,2 kVA. <p><u>Mesa:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 160 x 60 cm com três gavetas de cada lado. <p><u>Cadeira giratória com rodinhas ergonomicamente adequada:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio para ombros e braços, regulagem de altura. <p><u>Gabinete para acondicionamento dos equipamentos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ventilação e chave (trancamento).
------------	---------------------------------	---

6.13.2 Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV – Sistema IP

Quadro: Especificações técnicas mínimas para Categoria II de CFTV no grupo de Prestação de Serviços de dispositivos para CFTV – Sistema IP

II.3 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Sistema IP		
Código do Serviço	Descrição dos Serviços	Recursos Técnicos Mínimos
II.3.1 – Locação de Central de Monitoramento Local – Sistema IP		
II.3.1.2.L	NVR stand alone	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Suporta 16 canais IPs; ▪ Grava e transmite imagens em HD, Full HD ou 4K @ 15 FPS; ▪ Possui matriz virtual que permite reposicionar as imagens do plano de visualização; ▪ Exporta os vídeos em AVI; ▪ Exporta arquivos em modo FTP; ▪ Saídas de vídeo VGA e HDMI simultâneas; ▪ Reprodução em tempo real, detecção de movimento e busca avançada; ▪ Suporta 1 HD SATA e 2 interfaces USB 2.0; ▪ Modos de gravação: manual, agenda (regular, detecção de movimento); ▪ Suporta 1 HD SATA e 2 interfaces USB 2.0; ▪ Ethernet RJ45 (10/100); ▪ Funções de rede: http, IPv4/IPv6, TCP/IP, UPNP, RTSP, UDP, SMTP, NTP, DHCP, DNS, DDNS, Filtro IP, SNMP; e ▪ Possibilidade de criação de perfil para o grupo de usuário.

Fonte: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica – Vol. 13 – Jan/2023

II.3 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Sistema IP		
Código do Serviço	Descrição dos Serviços	Recursos Técnicos Mínimos

II.3.2 – Locação de Software e Licenças de Gerenciamento de Imagens para Sistema IP de CFTV

II.3.2.1.L	Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O gerenciamento para operação do sistema deverá ser em tempo real, em rede local; ▪ Configura cada câmera individualmente com ajustes independentes de brilho, contraste, saturação e matiz, quantidade de quadros por segundo, qualidade de gravação e sensibilidade, tudo de acordo com as condições do ambiente e aplicação; ▪ Gravação e reprodução das câmeras com qualidade digital em alta resolução e no mínimo de 120 FPS, sem perda de quadros e com autonomia suficiente para gravação ininterrupta das ocorrências pelo período previsto no projeto/contrato; ▪ Tempo contínuo – gravação ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia; ▪ Detecção de movimento; ▪ Agendamento; ▪ Gravação inteligente, distribuindo automaticamente a quantidade de frames de que cada câmera necessita, fazendo com que as imagens se tornem mais detalhadas mediante algum evento, otimizando a utilização do espaço para o armazenamento de dados; ▪ Gera relatórios e logs do sistema de CFTV; ▪ Suporta DDNS; ▪ Gera relatórios e logs do sistema de CFTV; ▪ Permite a gravação de imagens em servidores via rede; ▪ Capacidade para receber vários monitores de vídeo (telas); <p>Capacidade de exportação de imagens em formato AVI e outros;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacidade de reprodução simultânea de várias câmeras; ▪ Capacidade de configurar grupos de e-mails para o envio de avisos de ocorrências; e ▪ O software deverá possuir licença de visualização e gravação para ao menos 8 câmeras, independente da licença de gravação e gerenciamento, possibilitando, assim, a expansão do sistema por etapas.
II.3.2.2.L	Licença/Pack – expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licença (pack) para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras, independente da licença de gravação e gerenciamento, possibilitando, assim, a expansão do sistema por etapas; ▪ Grava e transmite imagens em HD; ▪ Possui matriz virtual que permite reposicionar as imagens do plano de visualização; ▪ Exporta os vídeos em AVI; e ▪ Exporta arquivos em Modo FTP.

6.13.3 Prestação de Serviços de Acessórios e Conversores para CFTV Convencional (Digital/Sistema IP)

Quadro: Especificações técnicas mínimas para Categoria II de CFTV no grupo de Prestação de Serviços de Acessórios e Conversores para CFTV Convencional (Digital)/Sistema IP

II.5 – Prestação de Serviços de Acessórios e Conversores para CFTV Convencional (Digital)/Sistema IP		
Código do Serviço	Descrição dos Serviços	Recursos Técnicos Mínimos
II.5.1 – Locação de Acessórios de CFTV (Digital)/IP		
II.5.1.1.L	TV LCD ou LED 42"	<ul style="list-style-type: none">▪ Tela de LCD ou LED; e▪ Tipo de interface: resolução Full HD 1920 x 1080.
II.5.1.2.L	Conjunto básico de instalação de DVR ou NVR: gabinete e nobreak	<p><u>Nobreak até 1,2 kVA:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Potência útil de até 1,2 kVA;▪ Autonomia mínima no caso de falta de energia na rede elétrica de 1 hora, com utilização de bateria adicional acoplada;▪ Entrada de energia: tensão nominal 110 ou 220 volts;▪ Saída de energia: tensão nominal de 115 volts e frequências de 60 Hz;▪ Painel frontal com botões e comando de liga e desliga;▪ Painel traseiro: saída para no mínimo 4 tomadas e conexão USB;▪ Estabilizador de linha; e▪ Proteção contra subtensão e sobretensão, curto-circuito, sobrecarga e falta de energia na rede elétrica. <p><u>Bateria 12 volts/18 Ah:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▪ Bateria selada;▪ Entrada de energia de 12 volts; e▪ Capacidade nominal de corrente de 18 Ah;▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica; e

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Permitir alimentação PoE de 24 equipamentos em rede. ‘
II.5.4.2.L	Switch com 16 portas 10 /100/1000 Mbps - PoE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de portas: 16; ▪ Padrão rack 19"; ▪ Velocidade de operação mínima de 100/1000 Mbps; ▪ Padrão: IEEE802, Mid-Spae outros; ▪ Fonte: 100-240 VAC; e ▪ Permitir alimentação PoE de 16 equipamentos em rede. ‘

Fonte: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica – Vol. 13 – Jan/2023

6.13.4 Prestação de Serviços de Câmeras de CFTV Sistema IP

Quadro: Especificações técnicas mínimas para Categoria II de CFTV no grupo de Prestação de Serviços de Câmeras de CFTV Sistema IP

II.7 – Prestação de Serviços de Câmeras de CFTV Sistema IP		
Código do Serviço	Descrição dos Serviços	Recursos Técnicas Mínimos
II.7.5 – Locação de Câmera – IP 2 A 3 Megapixel (full HD) – PoE		
II.7.5.3.L	Câmera bullet/dome varifocal com IR – IP 2 a 3 megapixels (full HD) – PoE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resolução Full HD (2 a 3 megapixel); ▪ Sistema operacional: Linux embarcado; ▪ Case tipo bullet/dome com proteção anti-UV; ▪ Compressão de vídeo: H.264; ▪ Conectividade: interface: RJ45 (10/100 BASE-T); alimentação: conector P4 fêmea; ▪ Protocolos e serviços suportados: TCP/IP, IPv4, DHCP, DNS, RTSP, Filtro IP, DDNS, SMTP, TLS, FTP, NTP, ONVIF; ▪ Serviços DDNS: No-IP e DynDNS; ▪ Operação remota: monitoramento, configuração total do sistema, informações sobre registros da câmera, atualização de firmware; ▪ Configuração de nível de acesso: acesso a múltiplos usuários (máximo 5) com proteção por senha; ▪ Alimentação: 12 VDC PoE; e

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lente varifocal.
II.7.5.4.L	Câmera speed dome interna/externa com IR – IP 2 a 3 megapixels (full HD) – PoE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resolução Full HD (2 a 3 megapixels); ▪ Sistema operacional: Linux embarcado; ▪ Case plástico com proteção anti-UV; ▪ Compressão de vídeo: H.264; ▪ Conectividade: interface: RJ45 (10/100 BASE-T); alimentação: conector P4 fêmea; ▪ Protocolos e serviços suportados: TCP/IP, IPv4, DHCP, DNS, RTSP, Filtro IP, DDNS, SMTP, TLS, FTP, NTP, ONVIF; ▪ Onvif: sim; ▪ Zoom ótico de até 20x; ▪ Serviços DDNS: No-IP e DynDNS; ▪ Operação remota: monitoramento, configuração total do sistema, informações sobre registros da câmera, atualização de firmware; ▪ Configuração de nível de acesso: acesso a múltiplos usuários (máximo 5) com proteção por senha; ▪ Alimentação: 12 VDC PoE; ▪ Funções PTZ, auto scan, patrulha, tour; ▪ Alcance de rotação horizontal: 0° a 360° contínuo; ▪ Alcance de rotação vertical: 0 a 90° com auto-flip 180°; e ▪ Ambiente interno e externo (IP66).

6.13.5 Prestação de Serviços de Postes Galvanizados

Quadro: Especificações técnicas mínimas para Categoria II de CFTV no grupo de Prestação de Serviços de Postes Galvanizados

II.8 – Prestação de Serviços de Postes Galvanizados		
Código do Serviço	Descrição dos Serviços	Recursos Técnicos Mínimos
II.8.1 – Locação de Postes galvanizados a quente		

6.18.2 Gravação e reprodução das câmeras com qualidade digital em alta resolução, de 120 FPS, no mínimo, até 480 FPS, sem perda de quadros e autonomia suficiente para gravação ininterrupta das ocorrências pelo período previsto no projeto/contrato;

6.18.3 Tempo contínuo: gravação ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia;

6.18.4 Detecção de movimento e compressão de imagens – grava apenas os quadros em que o movimento exceder a sensibilidade na região programada;

6.18.5 Detecção de áudio: inicia a gravação quando o áudio é detectado no ambiente;

6.18.6 Agendamento: programação para dia e hora, permitindo definir o horário em que deverá iniciar o monitoramento, dando autonomia à máquina e otimizando os recursos de gravação;

6.18.7 Dispositivo que permita ligar sensores de presença, botão de pânico, detectores de fumaça, câmeras PTZ etc., assim como a conexão de dispositivos de entrada e saída, possibilitando ligar e ativar aparelhos, lâmpadas, portas e motores por meio da internet ou rede;

6.18.8 Gravação inteligente distribuindo automaticamente a quantidade de frames que cada câmera necessita, fazendo com que as imagens se tornem mais detalhadas mediante algum evento, otimizando a utilização do espaço para o armazenamento de dados;

6.18.9 Monitoramento de canais de áudio, sendo possível gravar e executar áudio e vídeo ao mesmo tempo;

6.18.10 Tecnologia inteligente de detecção de movimentos, que permite selecionar uma determinada área ou ponto específico a ser monitorado;

6.18.11 Permitir a visualização do histórico de gravação;

6.18.12 Modos de exibição no monitor, obrigatoriamente, de 1, 4, 6, 9, 12, 16 e 32 câmeras;

6.18.13 Que o sistema de banco de dados possa ser acessado por meio da própria máquina ou remotamente;

6.18.14 Que o sistema de marca d'água digital cheque se a imagem é a originalmente capturada do sistema ou não. Caso a imagem capturada tenha sido alterada ou modificada em qualquer parte, o sistema indicará que a imagem foi danificada; e

6.18.15 Localização de eventos por intermédio de linha do tempo.

6.19 O sistema deverá possuir equipamento de backup para garantir o funcionamento do sistema 24 (vinte e quatro) horas.

6.20 É de responsabilidade exclusiva da Contratada o fornecimento dos insumos, materiais e acessórios necessários para a plena condição de operação dos equipamentos, sendo que o fornecimento deverá ser suficiente para manter a continuidade da prestação de serviços.

6.21 Todos os softwares e aplicativos utilizados nos sistemas devem estar em conformidade com a legislação vigente e devidamente licenciados pelo fabricante, nas quantidades necessárias aos equipamentos fornecidos.

6.21.1 A Contratada deverá entregar toda a documentação técnica do sistema e do treinamento, assim como todos os manuais de operação ao Contratante, em meio eletrônico e cópia em papel, em até 30 (trinta) dias após os testes e a aceitação definitiva dos sistemas pelo Contratante.

Requisito de Período Mínimo de Armazenamento

6.22 O sistema de CFTV contratado deverá garantir o armazenamento contínuo das imagens capturadas por todas as câmeras instaladas por um período mínimo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data e hora da gravação.

6.31.1.3 Nas áreas internas de uso coletivo, salas de aula e similares, deverão ser adotadas soluções com perfis arredondados ou embutidos, sempre que tecnicamente possível, evitando quinas ou saliências que ofereçam risco à integridade física dos ocupantes;

6.31.1.4 É vedada a instalação de qualquer equipamento com cabos aparentes expostos ou passíveis de serem puxados, enrolados ou utilizados como laço;

6.31.1.5 Os materiais deverão ser resistentes a impactos e possuir, preferencialmente, grau de proteção antivandalismo (IP66/IK10 ou superior), conforme o ambiente e risco envolvido.

6.31.2 A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, apresentar soluções técnicas específicas para cada ambiente de maior sensibilidade, sujeitas à aprovação prévia da área de segurança e engenharia da Fundação CASA.

6.32 Após concluir os serviços de instalação, a Contratada deve retirar todo o material existente, entulho ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado. Os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, de modo a acompanhar os padrões estéticos do Contratante.

6.33 Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados e desempenho, devendo a Contratada implementar a solução mais adequada para o caso concreto, combinando técnica e custo, de modo a otimizar a qualidade dos serviços e a buscar a melhor integração entre materiais, equipamentos, instrumentos e outros componentes a serem locados entre si e com o futuro serviço de monitoramento, fazendo funcionar eficientemente o sistema como um todo.

6.34. É expressamente vedada à CONTRATADA a perfuração, corte, demolição parcial ou qualquer outra forma de intervenção física sobre elementos estruturais das edificações da Fundação CASA, incluindo, mas não se limitando a:

I – Vigas e pilares de sustentação;

II – Lajes estruturais;

III – Paredes estruturais e de contenção;

IV – Coberturas metálicas ou em concreto armado com função estrutural.

6.34.1 A instalação de tubulações, cabeamentos, eletrocalhas, suportes e quaisquer dispositivos deverá ser realizada por rotas que não comprometam a integridade estrutural da edificação, utilizando métodos seguros e não invasivos, preferencialmente junto a forros removíveis, dutos existentes ou alvenarias secundárias.

6.34.2 Em caso de dúvida sobre a natureza estrutural de qualquer elemento construtivo, a CONTRATADA deverá solicitar previamente autorização formal da área técnica da Fundação CASA, mediante apresentação de croqui da instalação proposta.

6.35 A Contratada deve proceder à instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema de vigilância eletrônica obedecendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e à Resolução 715, de 23 de outubro de 2019, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), quando aplicável. O mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos

6.36 Todos os custos de instalação, bem como todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessária devem ser fornecidos pela Contratada. Eventuais exceções, para utilização de infraestrutura existente nos endereços, deverão ser analisadas e aprovadas pelo Contratante.

6.37 A Contratada deverá prestar serviços eventuais, compreendendo:

6.37.1 Desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, decorrente da alteração interna de layout da unidade;

6.37.2 Desinstalação e reinstalação de equipamentos em outro local, em virtude de mudança da unidade; e

6.37.3 Desativação de equipamentos ou do sistema de segurança de alguma unidade.

6.38 Será de inteira responsabilidade da Contratada a guarda e a manutenção de equipamentos e/ou materiais de sua propriedade, que sejam colocados para uso durante a execução dos serviços.

6.39 A Contratada deve identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.

6.40 A empresa deverá fornecer um cronograma da instalação dos equipamentos dentro do prazo estipulado pelas partes de acordo com o projeto.

6.41 A Contratada deverá treinar os usuários dos sistemas eletrônicos de forma a capacitá-los à correta utilização dos mesmos, exceto quanto aos aspectos afetos à fase de monitoramento, tais como uso de códigos, senhas e contrassenhas.

6.42 A Contratada deverá instalar equipamentos com garantia do fabricante mínima de 12 meses.

6.43 Para os equipamentos com prazos de garantia menores que 1 (um) ano, no caso de panes ou falhas, ficam a cargo da Contratada os custos de manutenção ou substituição do equipamento.

6.44 Os equipamentos do sistema de CFTV-Convencional (Digital) deverão estar instalados e em funcionamento no prazo acordado.

6.45 A Contratada deverá fornecer um cronograma da instalação dos equipamentos dentro do prazo estipulado pelas partes de acordo com o projeto.

6.46 A Contratada deverá entregar à Fundação CASA, no prazo **máximo de 30 (trinta) dias corridos** contados a partir da **data de conclusão da instalação do sistema de CFTV em cada unidade**, a documentação técnica denominada **“as built”**, que deverá refletir com precisão a configuração final executada, contendo, no mínimo:

6.46.1 Planta baixa ou croqui da unidade com a **localização exata** dos equipamentos instalados (câmeras, gravadores, monitores, switches e demais componentes);

6.46.2 Diagrama lógico da rede de CFTV, quando aplicável, com a identificação dos pontos interligados e topologia de comunicação;

6.46.3 Relação dos equipamentos instalados com as respectivas marcas, **modelo e número de série**;

6.46.4 Relatório fotográfico das instalações, com data e identificação dos ambientes;

6.46.5 Informações sobre os **endereçamentos IP** (quando aplicável), configurações de acesso e senhas administrativas temporárias.

Da emissão do Termo de Aceite

6.47 A emissão do Termo de Aceite Definitivo por parte da CONTRATANTE estará condicionada à entrega, pela CONTRATADA, da documentação técnica “as built”, conforme especificado no item 6.46, no prazo estipulado contratualmente.

6.47.1 A CONTRATANTE procederá à análise técnica da documentação “as built” entregue, podendo solicitar ajustes, complementações ou correções, caso sejam identificadas inconsistências, omissões ou inconformidades com a instalação executada.

6.47.2 Somente após a entrega completa e validação técnica da documentação “as built” será emitido o **Termo de Aceite Definitivo**, condição indispensável para a formalização da conclusão dos serviços de instalação em cada unidade

6.47.3 A ausência da documentação “as built” ou sua entrega em desacordo com as exigências estabelecidas poderá resultar na **retenção de pagamentos, não aceitação dos serviços prestados** e eventual aplicação de penalidades, conforme previsto neste instrumento contratual.

Das Manutenções Preventivas e Corretivas

6.48 A manutenção técnica preventiva contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição ou reparo de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias, com o objetivo de atualização dos aparelhos; limpeza, regulagem, inspeção, calibração e simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo sistema interno e externo, entre outras ações que garantam que o conjunto dos equipamentos esteja em permanente condição de operação.

6.49 A manutenção técnica preventiva deve ser feita em frequência não inferior a 3 (três) meses.

6.50 A Contratada deverá apresentar um cronograma anual de manutenção preventiva para aprovação da Fundação CASA e fornecer relatórios detalhados após cada visita, documentando as atividades realizadas, os resultados das verificações e quaisquer recomendações.

6.51 A manutenção técnica corretiva contempla os serviços de reparo com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos identificados por meio de diagnóstico, bem como a correção de anormalidades, a realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento, e também na substituição do equipamento sem que haja prejuízo ao funcionamento do sistema.

6.51.1 Caberá à Contratada manter o sistema em perfeitas condições de uso durante todo o período de duração do contrato, comprometendo-se a reparar ou substituir, se for o caso, os acessórios ou componentes que apresentarem falhas e que não caracterizarem perda das funções básicas do sistema;

6.51.2 Nesse caso, as falhas constatadas deverão ser sanadas observando os prazos constantes na Tabela Níveis de Chamado e Tempo de Resposta.

Níveis de Chamado e Tempo de Resposta

Nível	Descrição	Tempo Máximo para Primeiro Atendimento (Remoto ou Presencial)	Tempo Máximo para Início da Solução (Diagnóstico e Plano de Ação)	Tempo Máximo para Resolução Definitiva
Crítico	Sistema inoperante, falha em servidor central, falha de gravação geral, impossibilidade de acesso remoto ou monitoramento	02 horas	04 horas	24 horas
Alto	Câmeras críticas inoperantes (sala de aula, refeitório, áreas de convivência), falhas recorrentes, alerta de disco cheio	04 horas	08 horas	48 horas

Médio	Câmeras de áreas comuns, degradação de imagem	08 horas	24 horas	03 dias úteis
Baixo	Solicitações de configuração, melhoria, dúvidas operacionais	24 horas	48 horas	05 dias úteis

6.51.3 Na ocorrência de falhas que resultem perda das funções básicas, a Contratada deverá obrigatoriamente providenciar, de imediato, o restabelecimento do sistema, inclusive em horários noturnos e aos sábados, domingos e feriados;

6.51.4 A Contratada deverá instalar, quando necessária a substituição de materiais do sistema de vigilância eletrônica, equipamentos de primeira linha de fabricação, de acordo com as especificações atuais, nunca inferiores;

6.51.5 A Contratada deverá comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências nos equipamentos instalados que possam comprometer os serviços;

6.51.6 Sem prejuízo das penalidades previstas, na impossibilidade do restabelecimento imediato das funções básicas do sistema, a Contratada deverá garantir as condições de segurança do patrimônio do Contratante por meio de ações estabelecidas nos procedimentos, nas rotinas de trabalho e nos planos de contingência, conforme disposições do edital, do termo de referência e projeto, da proposta de trabalho e do contrato.

6.52 O início da execução do objeto deste instrumento somente será autorizado após a apresentação da relação de profissionais da Contratada que atuarão no âmbito desta contratação, comprometendo-se a observar as normas de segurança, privacidade e proteção de dados e informações.

Vigência

6.53 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, a contar da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.53.1 A vantagem econômica em razão do período de contratação plurianual se descreve em que a contratação por prazos maiores enseja:

6.53.1.1 Maior garantia para o contratado, considerando que o mesmo terá mais tempo para amortizar seus investimentos e auferir seu legítimo lucro.

6.53.1.2 Diluição de custos fixos que permite preços menores, além do potencial aumento de competitividade, diante do tempo estipulado maior para gerir riscos do negócio.

6.53.1.3 Vantagem administrativa, consistentes na não ocupação desta administração com procedimentos anuais de renovação e um prazo maior na manutenção dos profissionais por mais tempo na execução dos serviços contratados, que adquirem maior experiência e, portanto, podem executar com mais eficiências suas atividades.

Treinamento

6.54 A atividade de treinamento deverá habilitar os funcionários da CONTRATANTE a utilizarem com precisão os equipamentos e softwares fornecidos.

6.55 O detalhamento do programa de treinamento como especificado acima, deverá ser entregue ao CONTRATANTE antes da sua realização, para ser submetido à aprovação deste. O prazo para entrega dos programas ao CONTRATANTE deverá anteceder em 30 (trinta) dias da data prevista para a realização dos treinamentos.

6.56 O treinamento deverá ser ministrado na língua portuguesa.

6.57 Depois de aprovado, o programa será realizado, ficando a Contratada responsável em providenciar os equipamentos e recursos didáticos para utilização em sala de aula, textos, apostilas e simulações em número suficiente para a quantidade de treinados, bem como, Instrutor competente que forneça as instruções de maneira técnica e didática, incluindo-se práticas e simulações suficientes, para habilitar os treinados no uso e manutenção dos produtos fornecidos, bem como, do aspecto sistêmico.

6.58 O programa deverá enfatizar conceitos, informações técnicas necessárias ao funcionamento do sistema e outros eventos, estatísticas e registros históricos nos equipamentos fornecidos, com a utilização de software de gerenciamento adotado na solução.

6.59 O treinamento deverá observar os seguintes critérios mínimos:

6.59.1 Ser ministrado por profissional qualificado e devidamente capacitado, com domínio da solução tecnológica implantada;

6.59.2 Ter carga horária mínima de **4 (quatro) horas**, podendo ser adaptado conforme a demanda local;

6.59.3 Incluir conteúdo teórico e prático sobre:

6.59.3.1 Operação do sistema de câmeras (visualização em tempo real, controle de PTZ, zoom etc.);

6.59.3.2 Acesso a gravações e exportação de imagens;

6.59.3.3 Noções de segurança da informação e boas práticas de uso do sistema;

6.59.3.4 Procedimentos de resposta a falhas ou incidentes técnicos;

6.59.3.5 Emissão de relatórios do sistema.

6.59.4 Ser acompanhado por lista de presença assinada, contendo os nomes e matrículas dos participantes, bem como material de apoio (manual ou guia de uso do sistema), em versão impressa e/ou digital;

6.60 A CONTRATADA deverá aplicar avaliação de conhecimento ao final do treinamento, sendo obrigatória a emissão de certificado de participação para os servidores que obtiverem aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento).

6.61 A Fundação CASA poderá exigir a repetição ou reforço do treinamento, sem ônus adicional, caso haja constatação de deficiência na capacitação oferecida ou em situações de atualização relevante do sistema.

6.62 A contratada deverá demonstrar o software para a Contratante no prazo máximo de 8 (Oito) dias úteis para fins de homologação do mesmo.

6.63 A contratada deverá realizar treinamentos anuais de atualização (reciclagem) para os servidores lotados na Central de Videomonitoramento, localizada na Sede da instituição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE

1	(II.2.1.1.L) Estação de visualização de CFTV	10
2	(II.3.1.2.L) NVR Stand Alone (16 canais)	196
3	(II.3.2.1.L) Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	378
4	(II.3.2.2.L) Licença Pack expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	378
5	(II.5.1.1.L) TV LCD ou LED 42'	196
6	(II.5.1.2.L) Conjunto basico de instalação de DVR ou NVR, gabinete e nobreak	196
7	(II.5.1.9.L) Bandeja para rack 19'	392
8	(II.5.1.10.L) Barra de tomadas para rack 19'	392
9	(II.5.4.1.L) Switch com 24 portas 10/100/1000 Mbps - PoE	46
10	(II.5.4.2.L) Switch com 16 portas 10/100/1000 Mbps - POE	120
11	(II.7.5.3.L) Câmera bullet/dome varifocal com IR-IP 2 a 3 megapixes (full HD)-PoE	2935
12	(II.7.5.4.L) Câmera speed dome interna/externa com IR-IP 2 a 3 megapixes (full HD) PoE	89
13	(II.8.1.1.L) Poste galvanizado de 10 metros	89
14	(II.10.1.5.M) Manutenção de sistema de CFTV-IP'PoE com 16 câmeras	196

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: "Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 6º do Decreto Estadual nº 67.888/2023, o valor estimado da contratação, que é utilizado como critério de aceitabilidade das propostas para embasar o preço da futura contratação, poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos das especificações técnicas, sempre que tal medida se mostrar necessária à preservação do interesse público e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Tal previsão legal harmoniza-se com os princípios estabelecidos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, economicidade, isonomia, competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa, admitindo-se a chamada publicidade diferida, que é o adiamento da divulgação do preço referencial, como mecanismo legal e estratégico de proteção ao interesse público. A adoção do sigilo do valor estimado revela-se conveniente e oportuna diante das seguintes circunstâncias: • existência de reajuste contratual previsto, com impacto direto na formação do preço final; • necessidade de estimular disputa real entre os licitantes, evitando propostas limitadas ao valor de referência da Administração; • mitigação de riscos de sobrepreço, conluio e comportamento oportunista; • busca pela proposta mais vantajosa, em consonância com a governança pública e a boa gestão dos recursos; • fomento de preços exequíveis e competitivos, uma vez que o sigilo dos referenciais fará, possivelmente, com o que os concorrentes realizem seus próprios cálculos de custo de mercado, o que

reflete, de forma positiva, na execução do contrato; • estratégias comerciais e estruturas de custos próprias de cada fornecedor; • variedade de soluções tecnológicas (câmeras IP ou analógicas, sistemas de gravação, softwares de gerenciamento de vídeo, alarmes e sensores); • diferenças relevantes entre marcas, fabricantes, padrões tecnológicos, resolução das imagens, recursos de análise inteligente e capacidade de armazenamento; • modelos distintos de fornecimento e prestação do serviço, como aquisição definitiva, locação, comodato, monitoramento remoto contínuo, manutenção preventiva e corretiva; • custos variáveis de instalação, infraestrutura de rede, licenciamento de software, conectividade e suporte técnico especializado; No presente caso, que demanda um serviço contínuo e tem como critério de julgamento o menor preço, mesmo que o valor estimado da licitação tenha fundamentação nos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CADTERC, a adoção do sigilo do valor estimado justifica-se em razão da necessidade de sua atualização para fins de formação de preço referencial, circunstância que pode influenciar diretamente a formulação das propostas pelos licitantes. A divulgação prévia do valor estimado, nessas condições, poderia induzir os participantes do certame a balizarem suas propostas no valor integral do CADTERC, que se encontra defasado, o que reduz o nível de precisão da estimativa orçamentária. Ressalta-se que o sigilo do valor estimado constitui instrumento legítimo de governança pública, voltado à mitigação de riscos como sobrepreço, jogo de planilhas e eventual conluio entre licitantes, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Importante destacar que o valor estimado encontra-se devidamente formalizado nos autos do processo administrativo, com base em pesquisa de preços idônea e metodologia compatível com o objeto da contratação, permanecendo integralmente acessível aos órgãos de controle interno e externo, conforme disposto no § 1º do art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e art. 6º do Decreto Estadual nº 67.888/2023, e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, conforme IN – Seges/ME 73/2022 (art. 12, § 1º). Dessa forma, a adoção do sigilo do valor estimado mostra-se medida proporcional, razoável e juridicamente fundamentada, atendendo ao interesse público e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Estadual nº 67.888/2023." J

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A contratação será realizada de forma única, pois a fragmentação poderia comprometer a eficiência do serviço e elevar os custos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Contrato SCO nº 013/2021, Processo SEI Nº 161.00024860/2023-45, **Contrato de Vigilância Eletrônica**: Tem a função de acompanhar diuturnamente a dinâmica e o cotidiano dos Centros, por meio de câmeras de CFTV, verificando a utilização dos protocolos de segurança, além do adequado cumprimento das diretrizes de atendimento socioeducativo, promovendo a imediata comunicação aos gestores responsáveis, sempre que verificadas anomalias, com término previsto para 30/06/2026.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação está alinhada com o planejamento estratégico e orçamentário da Administração, conforme previsto no Plano de Contratações Anual.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de locação, instalação, manutenção preventiva e corretiva e eventual ampliação do Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) da Fundação CASA trará uma série de benefícios operacionais, técnicos, administrativos e estratégicos, conforme listado a seguir:

12.1.1 Continuidade do serviço de videomonitoramento

12.1.1.1 Evita descontinuidade na operação do sistema de CFTV com o encerramento do contrato vigente;

12.1.1.2 Garante o funcionamento ininterrupto de ferramenta essencial à segurança institucional e patrimonial;

12.1.2 Modernização tecnológica

12.1.2.1 Substituição de equipamentos obsoletos por dispositivos com tecnologia atualizada (câmeras de maior resolução, melhor capacidade de armazenamento, integração com software analítico e IA);

12.1.2.2 Alinhamento com as melhores práticas de segurança eletrônica adotadas no setor público e privado.

12.1.3 Redução de custos com aquisição e manutenção direta

12.1.3.1 Modelo de locação evita altos investimentos iniciais em compra de equipamentos;

12.1.3.2 Custo operacional previsível e diluído ao longo do contrato;

12.1.3.4 Responsabilidade integral do fornecedor pela manutenção, substituição e suporte técnico, reduzindo encargos à Fundação.

12.1.4 Maior agilidade na reposição e correção de falhas

12.1.4.1 Atendimento técnico com prazos definidos, assegurando rápida correção de falhas e reposição de equipamentos;

12.1.4.2 Redução do tempo de indisponibilidade dos sistemas e prevenção de lacunas na vigilância.

12.1.5 Centralização e padronização da infraestrutura

12.1.5.1 Possibilidade de integrar o sistema das unidades ao centro de monitoramento localizado na sede administrativa da Fundação;

12.1.5.2 Facilita o controle, a supervisão remota e a rastreabilidade dos eventos registrados.

12.1.6 Melhoria da segurança institucional

12.1.6.1 Contribuição direta para a prevenção de ocorrências e resposta mais rápida a incidentes;

12.1.6.2 Apoio à integridade física de adolescentes, servidores e visitantes;

12.1.6.3 Instrumento de fiscalização e responsabilização em conformidade com princípios da transparência e proteção de direitos.

12.1.7 Flexibilidade para expansão conforme necessidade

12.1.7.1 Contratação com cláusula de ampliação permite atender demandas futuras por novos pontos de vigilância, alterações físicas nas unidades ou adequações indicadas por órgãos de controle.

12.1.8 Atendimento a requisitos legais e normativos

12.1.8.1 Adequação às exigências legais relativas à proteção de dados (LGPD), segurança da informação e normas da ABNT aplicáveis à segurança eletrônica;

12.1.8.2 Redução de riscos jurídicos, administrativos e de responsabilidade civil.

12.2 Com base nesses benefícios, a contratação proposta apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, assegurando não apenas a continuidade do serviço, mas também melhor desempenho técnico, eficiência operacional e economicidade no médio e longo prazo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há qualquer tipo de intervenção física no prédio SEDE, nem mesmo contratação prévia de equipamentos ou insumos necessários à realização dos serviços.

13.2 Será necessário promover a designação de servidores para atuarem nas atividades de fiscalização administrativa, técnica e setorial do contrato, bem como o responsável pela sua gestão, sendo importante que lhes seja dado prévio conhecimento dos instrumentos de planejamento da contratação, do edital e do contrato administrativo, bem como, eventualmente, promover a sua capacitação para o desempenho dessas funções.

13.3 Verificação das condições de habilitação da Contratada antes da assinatura do contrato.

13.4 Reunião de Ajustes entre a Contratada e o Contratante.

13.5 Vistoria nas localidades previstas do Contratante.

13.6 Instalação dos sistemas nas localidades previstas do Contratante.

13.7 Treinamento dos usuários.

13.8 Início da prestação do serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A presente contratação deve observar a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/10, e a legislação e normas ambientais, no que incidentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 O estudo preliminar evidencia que a contratação da solução descrita neste documento, ou seja, empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica com dedicação exclusiva, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

15.2 A solução utilizada nesta contratação é uma das praticadas pelo mercado, como também por outras instituições públicas. Além disso, tem como base o CADTERC – Estudos técnicos de serviços terceirizados, volume 13, consoante comunicado SGGD nº 02/2024 – formação de preços referenciais para serviços terceirizáveis – CADTERC.

15.3 Portanto, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DENIS BATISTA GOMES

Superintendente de Segurança



Assinou eletronicamente em 23/01/2026 às 15:55:09.

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP

Processo Administrativo SEI n°.....

Pregão Eletrônico n°.....

Contrato ____ n°.....

Código Único: n°.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE A FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE – FUNDAÇÃO CASA
....., POR INTERMÉDIO DO(A)
..... E
.....

A FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP, instituída pela Lei n.º 185, de 12 de dezembro de 1973, com respectivas alterações, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 44.480.283/0001-91, sediada na Rua Florêncio de Abreu, n.º 848 – Luz - São Paulo - Capital, neste ato representada por sua Presidente, Ana Claudia Carletto, nos termos do Decreto de 03-05-2024, publicado no DOE de 06-05-2024 e por Magda de Oliveira Vieira, Diretor Administrativo, nomeada nos termos da Portaria Administrativa n.º 764/2025, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o n.º....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º e em

observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de instalação, locação e manutenção de Sistema de CFTV, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação para o grupo é de R\$ (....), mediante os valores unitários constantes da proposta do contratado, apresentada no certame licitatório e que faz parte integrante do presente Termo de Contrato.

5.1.1. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 29/09/2025.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPC-FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133, de 2021):

I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI) Realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

8.1.9. Cientificar a Assessoria Jurídica da Fundação CASA-SP para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) local(is) de instalação dos equipamentos.

9.1.22.1. O técnico deverá se deslocar ao(s) local(is) de instalação dos equipamentos.

9.1.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;

9.1.24. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.1.24.1. Considerando que o objeto da contratação envolve a elaboração de projeto relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão de todos os direitos patrimoniais a que se refere o subitem anterior inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia

de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade,

até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. estar ciente das normas e diretrizes do Plano Estadual de Promoção da Integridade, bem como das disposições legais e infralegais aplicáveis, notadamente o Decreto Estadual nº 67.683/2023, manifestando, desde já, sua concordância com a observância dessas normas no exercício das atividades contratadas, no limite de suas atribuições.

9.5. atuar em conformidade com as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira e estadual, especialmente a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e o Decreto Estadual nº 67.683/2023, assumindo que tal cumprimento decorre de imposição legal, não podendo, em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento quanto a essas normas;

9.5.1. O disposto no item anterior não implica vínculo institucional ou subordinação entre as partes, tratando-se apenas da observância ao ordenamento jurídico vigente, cuja inobservância poderá ensejar responsabilização nos termos da legislação aplicável.

9.6. observância, durante toda a vigência contratual, de conduta ética e de elevados padrões de profissionalismo na execução do objeto contratual, em alinhamento com as boas práticas reconhecidas no setor.

9.7. É facultada ao Contratante a oferta de treinamentos e ações informativas voltadas a temas como integridade, legislação anticorrupção, Lei de Improbidade Administrativa, Plano Estadual de Promoção da Integridade, Código de Ética e Conduta do Contratante, dentre

outros assuntos correlatos, cuja participação do Contratado será de natureza voluntária e não implicará qualquer vínculo funcional ou institucional entre as partes.

9.7.1. embora a participação seja facultativa, o Contratado e seus representantes não poderão alegar ignorância quanto às normas, códigos de conduta e demais diretrizes adotadas pelo Contratante, cuja ciência se presume a partir da assinatura deste instrumento.

9.8. o Contratado poderá, a seu critério e conveniência, apresentar documentos relacionados ao treinamento de seus empregados. No entanto, é obrigatória a apresentação de todos os documentos exigidos pela legislação vigente, especialmente aqueles relacionados ao cumprimento de obrigações legais aplicáveis à execução contratual, tais como normas de integridade, compliance, proteção de dados pessoais, descarte de resíduos sólidos, além das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

9.9. ter ciência quanto à necessidade de observar, no exercício de suas atividades contratuais, a legislação e regulamentação aplicáveis, sem que isso configure qualquer subordinação ou vínculo com o Contratante, mantendo sua plena autonomia jurídica e operacional.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$_____, correspondente

a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias

decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas

descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa: Calculada em conformidade com a Portaria Normativa nº 509/2025, que integra este instrumento.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no artigo 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o contratado for sociedade cooperativa.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em

pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: SEC. DA JUSTIÇA E CIDADANIA/FUNDAÇÃO CASA - SEDE ADMINISTRAÇÃO - 990202;

15.1.2. Fonte de Recursos: 1.500.1.0.001

15.1.3. Programa de Trabalho: 14.122.1729.5904.000 / 14.243.1729.5907.000

15.1.4. Elemento de Despesa: 33.90.37.95

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma)

via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Ana Claudia Carletto

Presidente

Magda de Oliveira Vieira

Diretor Administrativo

Representante(s) legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO II.1

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DO SIGILO

Pelo presente instrumento, **[NOME DA EMPRESA CONTRATADA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[ENDEREÇO COMPLETO]**, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador(a) do CPF nº **[CPF]**, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, e-mail **[E-MAIL PESSOAL OU CORPORATIVO]**, doravante denominada CONTRATADO, declara, para os devidos fins, que:

1. Compromete-se a manter **sigilo absoluto** sobre todos os dados, documentos, informações, processos, sistemas, imagens e demais elementos que, em razão do contrato firmado com a FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP, tiver acesso, seja de forma direta ou indireta, inclusive após o término da relação contratual;
2. Reconhece que a informação sigilosa inclui, mas não se limita a: dados pessoais e dados pessoais sensíveis, conforme definidos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), informações institucionais, dados de sistemas e quaisquer outros elementos definidos como confidenciais pela CONTRATANTE;
3. Declara ciência e concordância com o cumprimento da **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, responsabilizando-se por garantir a segurança, confidencialidade, integridade e o uso adequado dos dados pessoais eventualmente tratados em decorrência do contrato;
4. Obriga-se a adotar as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
5. Declara estar ciente e deve obedecer integralmente às Políticas de Segurança da Informação da CONTRATANTE;
6. Ao término do Contrato principal ou a qualquer solicitação expressa da Contratante, o Contratado deverá:
 - a) Devolver à Contratante todos os documentos, arquivos, relatórios, dispositivos eletrônicos, mídias e quaisquer suportes que contenham Informações Confidenciais;
 - b) Destruir, de forma segura, todos os backups, cópias, transcrições e reproduções (físicas ou digitais) de Informações Confidenciais, mediante apresentação de comprovante ou atestado de destruição.
7. Compromete-se a garantir a rastreabilidade dos dados, gerenciando processos de inventário e mapeamento.
8. Concorde em cooperar com a CONTRATANTE na elaboração de Relatórios de Impacto de Proteção de Dados Pessoais, matrizes de risco, atendimento às notificações da ANPD e aprimoramento dos processos de proteção de dados;

9. Responsabiliza-se integralmente pelos atos de seus empregados, prepostos, subcontratados e quaisquer terceiros sob sua responsabilidade que tenham acesso às informações da CONTRATANTE, garantindo que assinem o Termo de Confidencialidade e de Não Divulgação dos Dados Pessoais.
10. Reconhece que o descumprimento das obrigações previstas neste Termo poderá acarretar as sanções legais, administrativas e contratuais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos;
11. Declara ciência de que a CONTRATANTE poderá fornecer modelos adicionais ou específicos de termo de sigilo, a qualquer tempo, os quais deverão ser igualmente observados e assinados.
12. Informa os seguintes dados:
- Identifica o gestor do contrato: [NOME DO GESTOR], RG nº [RG], CPF nº [CPF], e-mail [E-MAIL PESSOAL OU CORPORATIVO];
 - Identifica o responsável pela tecnologia da informação: [NOME DO RESPONSÁVEL TI], RG nº [RG], CPF nº [CPF], e-mail [E-MAIL PESSOAL OU CORPORATIVO];
 - Identifica o encarregado de dados: [NOME DO ENCARGADO], RG nº [RCPF], CPF nº G, e-mail [E-MAIL];
 - Declara que os dados compartilhados incluem: [RELACIONAR TIPOS DE DADOS E ORIGEM];
 - Especifica a forma de compartilhamento: [DESCRIÇÃO DA FORMA], com periodicidade [EVENTUAL OU CONTÍNUA];
 - Define a finalidade do compartilhamento: [DESCRIÇÃO DA FINALIDADE], garantindo sua necessidade e adequação;

E, por estarem de pleno acordo, firma o presente Termo.

[CIDADE-UF], ____ de _____ de _____.

[Nome do Representante Legal]

[Cargo]

[Empresa Contratada]

ANEXO III

PORTARIA NORMATIVA Nº 509/2025

Dispõe sobre normas internas relativas à apuração e à aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos no âmbito da Fundação CASA-SP.

A PRESIDENTE da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, no uso de sua competência, e

Considerando o disposto nos arts. 156 a 159 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 45 da Portaria Normativa nº 508/2025, que exigem regulamentação interna para disciplinar os procedimentos de apuração e aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos administrativos,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre as normas internas para a apuração e aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos administrativos, no âmbito da Fundação CASA-SP.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, consideram-se:

I - Agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, até a homologação;

II - Autoridade Competente:

a) À Presidência da Fundação CASA-SP compete julgar recursos interpostos contra sanções administrativas diversas;

b) À Chefia de Gabinete compete julgar recursos interpostos contra advertências e multas cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

III - Contratada: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração;

IV - Fiscalização: servidor(es) responsável(eis) pelo acompanhamento e avaliação da execução do objeto do contrato;

V - Gestor: servidor designado pela autoridade competente para acompanhar e supervisionar as atividades do(s) fiscal(is);

VI - Infração: ação ou omissão que viole norma legal e/ou de natureza administrativa, podendo ou não causar prejuízos à entidade;

VII - Licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participe ou manifeste a intenção de participar de processo licitatório, equiparando-se, para os fins da Lei nº 14.133/2021, ao fornecedor ou o prestador de serviços que, em atendimento à solicitação da Administração, apresente proposta;

VIII - Pregoeiro: servidor(a) responsável pela condução do pregão, desde a fase de publicação do edital até a fase de homologação e adjudicação do objeto;

IX - Extinção contratual: ruptura da relação contratual estabelecida entre a Administração Pública e a contratada, podendo ser unilateral, por acordo entre as partes ou judicial, nos termos da legislação aplicável;

X - Sanção: penalidade prevista em lei, edital ou contrato, aplicada pela Administração, com a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, assegurados por meio do devido processo legal;

XI - Unidade Gestora:

a) Divisão Regional, em processos relacionados aos seus Centros de Atendimento e unidades vinculadas;

b) Diretoria de Gestão Administrativa - DGA, em processos relacionados às demais áreas da Fundação CASA-SP, não vinculadas a uma Divisão Regional ou que compreendam o atendimento a mais de uma Divisão Regional.

CAPÍTULO II

DAS IRREGULARIDADES

Art. 3º O licitante ou a contratada serão responsabilizados administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a saber:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Considera-se não manter a proposta, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento:

- I - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- III - Solicitar desclassificação quando encerrada a etapa competitiva;
- IV - Deixar de apresentar amostras;
- V - Deixar de enviar documentos complementares que comprovem a exequibilidade da proposta.

§ 2º Considera-se retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação qualquer ação ou omissão do licitante que atrase a assinatura do contrato.

§ 3º Considera-se fraude à licitação, à contratação direta ou à execução do contrato a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Fundação CASA-SP.

§ 4º Consideram-se inidôneos, também, os atos descritos no Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

Art. 4º Os licitantes ou contratadas estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

- I - Advertência;
- II - Multa, nas modalidades compensatória, moratória ou por inexecução total ou parcial, conforme previsto em contrato ou edital;
- III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado de São Paulo por até 3 (três) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

§ 1º Os contratos poderão prever outras multas específicas, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

§ 2º A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§ 3º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

§ 4º As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão resultar na extinção imediata do contrato pela unidade que aplicou a penalidade.

§ 5º As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade podem não afetar contratos em andamento celebrados com a Fundação CASA-SP antes da aplicação da penalidade, comprometendo apenas os futuros contratos ou renovações contratuais.

§ 6º A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Portaria, quando apresentada defesa prévia, bem como o julgamento de recursos, será precedida de parecer jurídico emitido pelo Grupo Técnico de Apoio Jurídico - GTAJ.

§ 7º O disposto no § 6º não se aplica à sanção de advertência.

§ 8º Em qualquer fase do procedimento sancionatório, quando houver dúvida jurídica, poderá ser solicitado auxílio ao GTAJ, por meio de consulta específica que contenha, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

Art. 5º A aplicação das sanções observará as seguintes regras:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela resultarem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º São circunstâncias agravantes da sanção, majorando-a em 1/3 (um terço), até o limite estabelecido por lei:

- I - A existência de registro do licitante ou da contratada no e-Sanções ou na Relação de Apenados, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito desta Fundação CASA-SP, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
- II - Quando a infração for comprovadamente de natureza dolosa;
- III - Quando a infração resultar da inobservância de determinação ou recomendação formalmente expedida pela Fundação CASA-SP, destinada a prevenir os danos provenientes de sua ocorrência;
- IV - A desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- V - Quando restar comprovado que o licitante ou a contratada auferiu injusta vantagem, para si ou para terceiros, em virtude da infração;
- VI - A reincidência.

§ 2º Configura-se a reincidência quando o acusado comete nova infração após ter sido sancionado definitivamente por idêntica infração anterior.

§ 3º Para efeito de reincidência:

- I - Considera-se a decisão proferida no âmbito da Fundação CASA-SP;
- II - Não prevalece a condenação anterior se, entre a data da publicação da decisão definitiva desta e a do cometimento da nova infração, tiver decorrido período superior a 5 (cinco) anos;
- III - A reincidência será reconhecida ainda que as infrações tenham ocorrido em contratos ou licitações distintos.

§ 4º São circunstâncias atenuantes da sanção, reduzindo-a em até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa ou do prazo de restrição, uma única vez, após a incidência dos agravantes:

- I - A conduta praticada tenha sido decorrente de falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

- II - A apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou a contratada e que não sejam de fácil identificação por estes;
- III - A conduta praticada não tenha ocasionado prejuízos concretos nem exposto a Fundação CASA-SP a riscos de danos irreparáveis ou de difícil reparação;
- IV - O licitante ou a contratada possuam programa de integridade implantado, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- V - A adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta praticada.

Art. 6º Compete:

- I - Ao agente de contratação ou à Comissão de contratação, propor penalidades por irregularidades em processos licitatórios;
- II - Ao gestor do contrato, propor penalidades por infrações ocorridas durante a execução contratual;
- III - À Comissão de Apuração de Penalidades, designada por ato da autoridade competente, processar os casos de impedimento de licitar e de declaração de inidoneidade;
- IV - À Unidade Gestora, decidir sobre a aplicação das sanções de advertência e de multa;
- V - À Diretoria de Gestão Administrativa, decidir sobre o impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo;
- VI - À Presidência da Fundação CASA-SP, decidir sobre a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Seção I

Dos Procedimentos Gerais Sancionatórios

Art. 7º A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Portaria, bem como a extinção do contrato, quando cabível, será precedida do devido procedimento administrativo legal, destinado ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Art. 8º A intimação do licitante ou da contratada deverá ser feita mediante comunicação entregue ao interessado por uma das seguintes formas:

- I - Correspondência eletrônica;
- II - Carta registrada, com aviso de recebimento - AR;
- III - Pessoalmente ao representante do interessado, mediante recibo.

§ 1º Quando o licitante ou contratada sujeito à sanção não acusar o recebimento do e-mail ou não for encontrado no endereço por ele indicado no processo licitatório ou de contratação, será notificado por publicação no Diário Oficial do Estado - DOE.

§ 2º O licitante ou a contratada é responsável por manter atualizado seu endereço completo, e-mail e telefone.

§ 3º Será juntado aos autos o comprovante de ciência/recebimento das comunicações realizadas.

§ 4º Quando houver prestação de garantia contratual, deverá ser providenciada a notificação ao seu emitente, na forma do caput, quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 9º A intimação inicial deverá conter, entre outros, os seguintes elementos essenciais:

- I - Identificação do licitante ou da contratada e da autoridade que instaurou o procedimento;
- II - Finalidade da intimação;
- III - Descrição dos fatos que caracterizam o descumprimento das obrigações assumidas;
- IV - Possibilidade de caracterização de inexecução contratual e extinção do contrato, se pertinente;
- V - Indicação das sanções administrativas cabíveis, com referência aos respectivos fundamentos normativos;
- VI - Retenção de pagamentos, para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Fundação CASA-SP, se pertinente;
- VII - Previsão expressa da possibilidade de apresentação de defesa prévia nos prazos fixados nesta Portaria;
- VIII - Informação sobre a continuidade do processo independentemente de manifestação;
- IX - Possibilidade de vista dos autos para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Art. 10. Os prazos desta Portaria serão aqueles previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- I - Nas sanções previstas nos incisos I e II do art. 4º desta Portaria, o licitante ou a contratada poderá apresentar defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação;
- II - Nas sanções previstas nos incisos III e IV do art. 4º desta Portaria:
 - a) o licitante ou a contratada poderá apresentar defesa escrita, indicando as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação;
 - b) caso seja deferida a produção de novas provas ou determinada a juntada de provas consideradas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.
- III - Nas sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 4º desta Portaria:
 - a) caberá interposição de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação;
 - b) a autoridade que proferiu a decisão recorrida, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso, com sua motivação, à autoridade superior competente, que deverá decidir no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- IV - Na sanção prevista no inciso IV do art. 4º desta Portaria:
 - a) caberá apenas pedido de reconsideração, a ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação;
 - b) a autoridade competente decidirá no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do pedido.

V - Da decisão final que aplicar a sanção prevista no inciso II do art. 4º desta Portaria, o licitante ou a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para efetuar o recolhimento do valor da multa.

§ 1º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 2º O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

§ 3º Decorrido o prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração, sem manifestação do licitante ou da contratada, a decisão será considerada definitiva.

Art. 11. Para fins de publicidade, as sanções aplicadas pela Fundação CASA-SP deverão ser incluídas nos pertinentes cadastros de sanções administrativas, em especial:

- I - Sistema Eletrônico de Registro de Sanções Administrativas em vigor;
- II - Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- III - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- IV - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Parágrafo único. Deverá ser informado e atualizado os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade, em especial no CEIS e no CNEP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Seção II

Da Advertência e das Multas

Art. 12. A advertência é aplicável em caso de inexecução parcial da obrigação principal ou de obrigações acessórias de baixa relevância, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 1º Considera-se de baixa relevância o descumprimento de deveres instrumentais ou formais que não comprometam a execução do objeto contratual, nem causem prejuízos à Instituição.

§ 2º Em caso de reincidência, deverá ser aplicada penalidade mais grave.

Art. 13. A multa compensatória, destinada a compelir o contratado ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

Art. 14. A multa compensatória corresponderá a 2% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

- I - Até o 30º (trigésimo) dia: 0,1% (um décimo por cento) ao dia;
- II - A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia: 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

Parágrafo único. A multa compensatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) desse valor.

Art. 15. A multa moratória é aplicável quando o contratado, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.

§ 1º A contagem dos prazos de entrega ou execução terá início:

- I - A partir da data estabelecida no instrumento contratual;
- II- Da assinatura do contrato, ou retirada/envio da nota de empenho ou documento equivalente, quando não houver data fixada;
- III- A partir da nova data estabelecida quando for concedida a prorrogação de prazo de entrega ou execução.

§ 2º O prazo será contado em dias corridos, excluindo-se o dia inicial e incluindo-se o dia do vencimento.

Art. 16. Cabe ao contratado solicitar, previamente ao término do prazo, a prorrogação do prazo de entrega ou execução, justificando a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo inicialmente avençado.

§ 1º As justificativas serão apreciadas pelo gestor do contrato, que poderá autorizar a prorrogação do prazo de entrega ou execução.

§ 2º Prorrogado o prazo de entrega ou de execução, será automaticamente alterado o prazo limite para o cumprimento da obrigação.

Art. 17. Ultrapassado o prazo de entrega ou execução, o gestor poderá:

- I - Aceitar a obrigação em atraso, com aplicação da multa moratória;
- II - Recusar o recebimento, caracterizando-se a inexecução contratual.

Parágrafo único. Atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurarão inexecução contratual, salvo justificativa do gestor fundamentando a conveniência da manutenção do contrato.

Art. 18. A multa moratória corresponderá a 2% (dois por cento) do valor da obrigação cumprida em atraso, acrescida conforme o tempo de mora:

- I - Até o 30º (trigésimo) dia: 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;
- II - A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia: 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

§ 1º A multa não poderá exceder 30% (trinta por cento) da obrigação inadimplida.

§ 2º A aplicação da multa moratória não impede sua conversão em multa por inexecução, nem a adoção de outras penalidades previstas nesta Portaria, inclusive a extinção unilateral.

Art. 19. A multa por inexecução total ou parcial será de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, aplicável quando:

- I - A inadimplência for imputável ao contratado;
- II - A Administração não tiver interesse no recebimento da obrigação em atraso.

Parágrafo único. A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, também configura inexecução total e enseja aplicação da multa.

Seção III

Das Sanções Restritivas do Direito de Licitar e Contratar com a Administração

Art. 20. A sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por até 3 (três) anos, é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 1º A duração da sanção será de:

- I - 6 (seis) meses para infração do inciso II;
- II - 12 (doze) meses para infração do inciso III;
- III - 30 (trinta) dias para infração do inciso IV;
- IV - 30 (trinta) dias para infração do inciso V;
- V - 4 (quatro) meses para infração do inciso VI;
- VI - 2 (dois) meses para infração do inciso VII.

§ 2º Quando a ação ou omissão do licitante ou da contratada ensejar o enquadramento em concurso de condutas dentre as previstas neste artigo, aplicar-se-á a infração mais grave.

Art. 21. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 3º desta Portaria, bem como àquelas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido artigo, que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no artigo 20.

Parágrafo único. A dosimetria do prazo da sanção da declaração de inidoneidade será feita partindo-se da pena base de 5 (cinco) anos, acrescida de 1 (um) ano em caso de circunstância agravante prevista nos incisos III ou V do § 1º do art. 5º desta Portaria, ou diminuída de 1 (um) ano a cada circunstância atenuante prevista no § 4º do art. 5º, observando-se sempre o limite mínimo e máximo de sancionamento previsto no caput.

Art. 22. A prescrição para aplicação das sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fundação CASA-SP, e será:

- I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização;
- II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013;
- III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Seção IV

Das Hipóteses de Retenção da Garantia e de Créditos da Contratada

Art. 23. Para fins de verificação quanto à liberação da garantia prestada ou pagamento dos créditos da contratada, a Administração verificará:

- I - Se houve recebimento definitivo dos bens ou serviços e se há registro de descumprimento contratual, com proposta de aplicação de multa;
- II - Quando da extinção de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento das verbas rescisórias pela contratada ou dos documentos que comprovem que a realocação dos empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra interrupção do contrato de trabalho.

Art. 24. Até que a contratada comprove o disposto no art. 23, a Fundação CASA-SP deverá reter:

I - A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação aplicável;

II - Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento ou à multa proposta, até que a situação seja regularizada ou que o procedimento sancionatório seja concluído.

Art. 25. A Fundação CASA-SP poderá ainda:

I - Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela contratada, reter a garantia prestada, a ser executada conforme legislação aplicável;

II - Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes do contrato.

Parágrafo único. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela diferença, a qual poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando cabível, cobrada judicialmente.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Estadual nº 69.588, de 09 de junho de 2025.

Art. 27. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial.

§ 1º Nesses casos, os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração.

§ 2º A extensão das sanções também se aplica à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo que possua relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

§ 3º Em todos os casos, devem ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 28. A reabilitação do licitante ou contratado poderá ser concedida mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os requisitos do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 29. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. As contratações firmadas durante a vigência da Portaria Normativa nº 444/2024 deverão observar, quanto aos procedimentos de sanções administrativas, as disposições previstas no “Regulamento para os Procedimentos de Sanções Administrativas no âmbito da Fundação CASA-SP”, anexo do referido instrumento normativo.

Dê-se ciência.

Publique-se.

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

GRUPO						
Item	Códigos dos Serviços	Serviços	(1) Quantidade de Equipamentos	(2) Valor Unitário Mensal do Equipamento (R\$/mês)	(3) = (1) X (2) Valor Total Mensal por equipamento (R\$/mês)	(4) = (3) X 30 Valor Total para 30 meses por equipamento (R\$/mês)
1	II.2.1.1.L	Estação de visualização de CFTV	10			
2	II.3.1.2.L	NVR Stand Alone (16 canais)	196			
3	II.3.2.1.L	Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	378			
4	II.3.2.2.L	Licença Pack expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras	378			
5	II.5.1.1.L	TV LCD ou LED 42"	196			
6	II.5.1.2.L	Conjunto básico de instalação de DVR ou NVR, gabinete e nobreak	196			
7	II.5.1.9.L	Bandeja para rack 19"	392			
8	II.5.1.10.L	Barra de tomadas para rack 19"	392			
9	II.5.4.1.L	Switch com 24 portas 10/100/1000 Mbps – PoE	46			
10	II.5.4.2.L	Switch com 16 portas 10/100/1000 Mbps – POE	120			
11	II.7.5.3.L	Câmera bullet/dome varifocal com IR-IP 2 a 3 megapixels (full HD)-PoE	2935			
12	II.7.5.4.L	Câmera speed dome interna/externa com IR-IP 2 a 3 megapixels (full HD) PoE	89			
13	II.8.1.1.L	Poste galvanizado de 10 metros	89			
14	II.10.1.5.M	Manutenção de sistema de CFTV-IP PoE com 16 câmeras	196			
VALOR TOTAL DO GRUPO						

- Validade da proposta: **180 (cento e oitenta) dias.**

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo SEI nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM AGENTES PÚBLICOS

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo SEI nº ____/____ e para fins de habilitação, DECLARO, sob as penas da Lei, que nenhum de seus sócios, dirigentes, administradores ou procuradores mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme previsto no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Declara ainda estar ciente de que a existência de qualquer dos vínculos acima indicados implicará na sua inabilitação ou, se constatada posteriormente, na rescisão contratual por fato impeditivo à sua habilitação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VII

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VII.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo SEI nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VII.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo SEI nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)